



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA S/C LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO BACHARELADO EM CONTABILIDADE

RAINARA DA SILVA FÉLIX PEREIRA

**BENEFÍCIOS E DIFICULDADES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA:
estudo de caso em supermercado do Município de Itaituba**

RAINARA DA SILVA FÉLIX PEREIRA

**BENEFÍCIOS E DIFICULDADES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA:
estudo de caso em supermercado do Município de Itaituba**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do Título de
Bacharel em Contabilidade.

Orientadora: Profa. Ma. Maria Danielle Lobato
Paes.

PEREIRA, Rainara da Silva Félix

BENEFÍCIOS E DIFICULDADES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA: estudo de caso em supermercado do Município de Itaituba - FAI / Acadêmico. Itaituba: FAI, 2024.

60 f.

Orientadora: Prof. Ma. Maria Danielle Lobato Paes

Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Bacharelado de Ciências Contábeis – Faculdade de Itaituba, 2024.

1. Contabilidade. 2. Serviços. I. PAES, Maria Danielle Lobato Paes II. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR – PA, 2024.

RAINARA DA SILVA FÉLIX PEREIRA

**BENEFÍCIOS E DIFICULDADES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA:
estudo de caso em supermercado do Município de Itaituba**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do Título de
Bacharel em Contabilidade.

Orientadora: Profa. Ma. Maria Danielle Lobato
Paes.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____

Profa. Maria Danielle Lobato Paes, Mestra.

Avaliador(a): _____ Nota: _____

Profa. Adriana Alcobase Souza Araújo, Especialista.

Avaliador(a): _____ Nota: _____

Prof. Augusto César Amorim do Nascimento, Especialista.

Resultado: _____ Média: _____

Data: 08 de março de 2024.

Dedico este TCC a minha vó querida "Elena", por custear financeiramente a minha faculdade, por acreditar em mim, incentivar, apoiar, que sempre esteve ao meu lado acreditando e ajudando a realizar meu sonho. Em especial ao meu avô, ao qual em vida fez de tudo por mim, eu te amo sinto sua falta.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha avó, **Elena**, por sempre acreditar em mim, por ser exemplo de mulher forte, corajosa, humilde e batalhadora que é minha inspiração.

Agradeço a minha mãe, **Jozenir**, por todo apoio, paciência e compreensão contribuindo diretamente para que eu pudesse estar concluindo o ensino Superior.

Agradeço a Tia, **Josiany**, por toda palavra de apoio por sempre ter me ajudado quando precisei.

Agradeço à minha família por incentivo e apoio nos momentos difíceis que passei.

Agradeço ao, **Rafael Portela**, por todo apoio contribuindo indiretamente, me dando confiança e força para seguir sempre em frente.

Agradeço a minha orientadora, Profa. **Maria Danielle Lobato Paes**, pela dedicação, compreensão que sempre esteve disposta a ajudar.

Agradeço aos, **Docentes da Faculdade de Itaituba**, por compartilhar seus conhecimentos em sala de aula e suas experiências de vida profissional.

Agradeço ao Coordenador do Curso de Ciências Contábeis, **Professor Augusto Cesar Amorim do Nascimento**, por me incentivar a não desistir, por seus ensinamentos e correções que contribuíram muito para o meu crescimento profissional.

*Toda ação humana, quer se torne
positiva ou negativa, precisa depender de
motivação.*

“Dalai Lama”

RESUMO

Os supermercados são estabelecimentos fundamentais para a sociedade, pois dispõe de um grupo de alimentos que o ser humano necessita para manter sua nutrição. A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) é um grande avanço para todo o manejo tecnológico nas empresas, auxiliando assim em todo o processo eletrônico e burocrático que ocorre durante a prestação dos serviços e transações comerciais. O objetivo geral dessa pesquisa, foi identificar quais os principais benefícios e dificuldades da implementação da NF-e em um supermercado do Município de Itaituba. Sob essa ótica, o estudo é definido como uma pesquisa descritiva, de levantamento, com abordagem qualiquantitativa, com utilização de dados primários que foram coletados através de um questionário contendo 11 questões. Os principais resultados evidenciados foram os seguintes: destaca-se por parte da empresa que a emissão da NF- e se categoriza como uma ação simples e com praticidade, em consonância, esses aspectos trazem uma maior confiabilidade para todo o manejo tributário. Todavia, os entraves mais evidentes são as atualizações de dados e a comunicação com os fornecedores, por essa razão é fundamental o treinamento da equipe sobre o sistema contratado e as informações mais relevantes sobre a emissão. Por fim, sobre as obrigações acessórias vai depender do regime tributário que a empresa está inserida e o preenchimento do Simples Nacional se dá de uma maneira direcionada através de dados habituais como o CPF e CNPJ. Sendo fundamental destacar que, o canhoto DANFE necessita ser guardado para eventuais auditorias da receita federal e quando se realiza a importação de mercadorias o PIS e CONFIS estarão dispostas no Extensible Markup Language (XML) da NF-e. Conclui-se que, o supermercado em questão demonstra ter mais benefícios do que malefícios com a implementação da NF-e, visto que, possui um sistema eficiente para auxílio no processo de emissão, em consonância com o entendimento de que a equipe precisa de treinamento contínuo sobre tudo que norteia a NF-e. Por fim, os fatores relacionados com a NF-e auxiliam na tomada de decisão e adequam menos erros no regime tributário da empresa.

Palavras-Chave: Nota Fiscal Eletrônica. Benefícios. Entraves. Supermercado.

ABSTRACT

Supermarkets are fundamental establishments for society, as they have a group of foods that human beings need to maintain their nutrition. The Electronic Invoice (NF-e) is a major advance for all technological management in companies, thus assisting in the entire electronic and bureaucratic process that occurs during the provision of services and commercial transactions. The general objective of this research was to identify the main benefits and difficulties of implementing electronic invoices (NF-e) in a supermarket in the Municipality of Itaituba. From this perspective, the study is defined as a descriptive survey, with a qualitative and quantitative approach, using primary data that were collected through a questionnaire containing 11 questions. The main results highlighted were the following: the company highlights that the issuance of the NF-e is categorized as a simple and practical action, accordingly, these aspects bring greater reliability to the entire tax management. However, the most obvious obstacles are data updates and communication with suppliers, which is why it is essential to train the team on the contracted system and the most relevant information about the issue. Finally, the additional obligations will depend on the tax regime the company is part of and filling out the Simples Nacional is done in a targeted manner using usual data such as CPF and CNPJ. It is essential to highlight that the DANFE stub needs to be kept for possible federal revenue audits and when goods are imported, PIS and CONFIS will be displayed in the NF-e Extensible Markup Language (XML). It is concluded that the supermarket in question demonstrates that it has more benefits than harm with the implementation of NF-e, as it has an efficient system to assist in the issuance process, in line with the understanding that the team needs training continuous information about everything that guides the NF-e. Finally, factors related to NF-e help in decision-making and reduce errors in the company's tax regime.

Keywords: Electronic invoice. Benefits. Obstacles. Supermarket.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Impostos incidentes.....	28
Quadro 2 – Processo de emissão da NF-e pelo usuário.....	39
Quadro 3 – Confiabilidade do processo de emissão da NF-e.....	40
Quadro 4 – Principais entraves identificados durante a implantação da NF-e.....	41
Quadro 5 – Utilização e métodos de implantação da NF-e.....	42
Quadro 6 – Benefícios da NF-e para o supermercado.....	43
Quadro 7 – Vantagens e Desvantagens da NF-e para o supermercado.....	43
Quadro 8 – Tomada de decisão e o novo método de NF-e.....	44
Quadro 9 – Principais obrigações acessórias durante a emissão da NF-e.....	45
Quadro 10 – Preenchimento da NF-e pelo Simples Nacional.....	46
Quadro 11 – Direcionamento do canhoto DANFE assinado pelo cliente.....	47
Quadro 12 – Emissão da NF-e e os impostos de importação PIS e CONFIS.....	48

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A CONTABILIDADE	12
2.2 EMPREENDEDORISMO	16
2.3 SUPERMERCADOS E O AVANÇO TECNOLÓGICO	17
2.4 CONCEITO DE NF-E	19
2.5 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED	21
2.6 INFORMAÇÃO CONTÁBIL	23
2.7 IMPLANTAÇÃO DA NF-e	24
2.8 CONTRIBUIÇÕES DE IMPOSTOS DA ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED	27
2.8.1 PIS - Programa de Integração Social	28
2.8.2 COFINS - Contribuição Social Financeira de Seguridade Social	29
2.8.3 ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	30
2.8.4 IPI - Imposto sobre Produto Industrializado	31
2.8.5 IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica	32
2.8.6 CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	33
3 METODOLOGIA	35
3.1 TIPO DE ESTUDO	35
3.2 LOCAL DO ESTUDO	36
3.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	36
3.4 INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS	36
3.5 ANÁLISE DOS DADOS	37
3.6 ASPECTOS ÉTICOS	37
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
4.1 PERFIL DO PARTICIPANTE	39
4.2 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO	39
5 CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICE	57

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso tem como tema: “BENEFÍCIOS E DIFICULDADES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA: estudo de caso em supermercado do Município de Itaituba”, no qual visará entender os principais benefícios e impasses que são gerados através da nota fiscal eletrônica.

Sob essa perspectiva, o objetivo geral dessa pesquisa foi identificar quais os principais benefícios e dificuldades da implementação da nota fiscal eletrônica (NF-e) em um supermercado do Município de Itaituba. Em conjunto com os seguintes objetivos específicos: identificar quais os principais entraves da nota fiscal na empresa; analisar os benefícios ao se implantar a nota fiscal eletrônica e verificar em uma escala de importância para o empresário sobre a implantação da NF-e

Desta forma, a pesquisa justifica-se pelo fato da necessidade das empresas em demonstrar para o governo as informações relacionadas as políticas públicas implantadas na ótica da contabilidade tributária. E assim por meio desse TCC, pretendeu-se demonstrar como é o andamento de tal processo e os principais benefícios e dificuldades em um supermercado na cidade de Itaituba.

Por meio de uma leitura detalhada da literatura, formulou-se as seguintes questões norteadoras: Quais os métodos de implantação NF-e na empresa? Como a NF-e contribui para a evolução e crescimento da empresa? Qual impacto (vantagens e desvantagem) a NF-e trouxe para a organização? Quais benefícios a empresa observou com o diferente sistema de nota fiscal? Como o novo método de nota fiscal ajuda na tomada de decisão?

O estudo é definido como uma pesquisa descritiva, de levantamento, com abordagem quali-quantitativa, com utilização de dados primários que foram coletados através de um questionário que embasou o cerne norteador da monografia. Sendo realizado portando em um supermercado da cidade de Itaituba.

Nessa ótica, para construir esta pesquisa houve a utilização dos principais autores que estudam a referida temática, tais como: Castro (2008), Faria *et al.*, (2010), Viganó (2012), Bonfim *et al.* (2012), Silva *et al.* (2014), Baggio (2015) e etc.

Este TCC está organizado em cinco partes. Inicialmente, a Introdução enfatiza a contextualização do tema, questões norteadoras, objetivos e justificativas. O segundo capítulo – Fundamentação teórica é o desenvolvimento bibliográfico da pesquisa. O terceiro capítulo – Metodologia descreve os caminhos da pesquisa. O

quarto capítulo – Resultados e Discussão, foram apresentados os resultados e as análises das informações coletas pelo questionário. Na sequência tem-se a Conclusão que por sua vez, destaca-se a síntese dos resultados e finaliza com a resposta aos objetivos e questões norteadoras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na sequência houve a disposição dos principais tópicos que norteiam a temática, visto que, são conhecimentos bibliográficos que auxiliam em todo o embasamento teórico da monografia. O intuito da fundamentação teórica é trazer à tona o conhecimento prévio existente que vai colaborar com todas as outras partes da referida pesquisa.

2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A CONTABILIDADE

A Contabilidade existe como termo comercial desde os primórdios da humanidade. Segundo Sá (1997), como mostram pesquisas sobre o assunto na antiga Suméria, a contabilidade surgiu antes do advento dos documentos comuns, o que significa que os registros da riqueza eram feitos antes de qualquer outra coisa. Os sumérios acumularam esse excedente e passaram a trocá-lo por outros bens que lhe interessavam. Historicamente, eles descobriram fontes que comprovam que os humanos iniciaram suas primeiras atividades comerciais na antiguidade.

Na antiguidade, o conhecimento contábil estava limitado ao do registro e suas normas, mas já era aprimorado e também ensinado em escolas, juntamente os cálculos matemáticos. Amplo era o uso dos livros na antiguidade clássica, porque ampla era a análise dos fatos; os romanos chegavam a ter um livro de escrituração de fatos patrimoniais para cada atividade que era desenvolvida (livro da fabricação do azeite, livro da fabricação do vinho, livro dos bens patrimoniais, livro das despesas e receitas etc.) (SÁ, 2002, p.23).

É importante ressaltar, que na antiguidade clássica foi necessário o desenvolvimento de um sistema de registro de riqueza mais desenvolvido e organizado. Em 1494, Luca Paccioli publicou um tratado sobre matemática e o desenvolvimento de sua própria metodologia de gestão. Essa metodologia ainda é usada na contabilidade hoje. Conforme Castro e o Palhares (1990, p. 19), ressaltam:

É neste panorama que surge o método das partidas dobradas” e, “o aparecimento da Contabilidade como um método de controle e registro das operações comerciais só foi possível devido à existência simultânea de certos elementos, que são: a escrita, aritmética, propriedade privada, dinheiro, comércio e capital.

Nesse sentido, os autores destacam a contabilidade como um método de controle e registro que é primordial nas operações comerciais e evidenciando seus principais elementos envolvidos na escrita, matemática e no manejo do capital.

Segundo Silva (2019), as partidas dobradas, metodologia desenvolvida por Paccioli, significa que para cada débito há um crédito correspondente e vice-versa. O modelo desenvolvido por Paccioli, ainda hoje é utilizado, e todo processo tem origem e objetivo. Este método foi considerado a forma oficial de registrar, monitorar e mensurar o patrimônio de todas as empresas. Isso mostra que a contabilidade é utilizada desde a sua criação e não perdeu importância ao longo do tempo. Hoje, aprender sobre o desenvolvimento das organizações empresariais e o desenvolvimento econômico é uma área essencial do conhecimento.

Reforçando esse conhecimento Silva (2019), explica que a importância da contabilidade nas empresas, é que através dela os gestores conheçam o valor dos ativos, passivos, receitas, custos e despesas relacionados ao seu negócio e também conheçam a produtividade, fazendo assim, o planejamento tributário e tomando decisões acertadas. A contabilidade utiliza informações de todas as áreas da empresa, aspectos não financeiros mais importantes como: faturamento; produção no que diz respeito a custos e despesas; gestão de recursos humanos com ênfase à folha de pagamento como impostos e finanças. Suas principais finalidades são: coletar, interpretar e documentar dados para gerar informações que possam orientar os proprietários sobre as melhores opções.

A contabilidade, como qualquer outra ciência, deve adaptar-se constantemente às mudanças ocorridas ao longo dos anos sem perder seu núcleo fundamental de conceitos e objetividade. Conforme Iudícibus e Marion (1985), quanto à contabilidade, afirmam que é uma metodologia especificamente concebida para capturar, registrar, acumular, resumir e interpretar fenômenos que afetam indivíduos, organizações com ou sem fins lucrativos, empresas diversas e até figuras públicas.

Para Franco (1997), é a ciência (ou arte, como alguns acreditam) de investigar, gerir e interpretar os fatos que aparecem no patrimônio de uma empresa através do seu registro, demonstração explicativa e divulgação. A composição dos ativos, suas flutuações e os resultados da gestão de ativos.

Iudícibus e Marion (1985), destacam a conexão do significado da avaliação com as informações que a contabilidade fornece aos usuários, então, tanto Franco (1997) e Iudícibus e Marion (1985), relacionam a contabilidade ao controle e interpretação

dos fatos e das ações gerenciais tomadas dentro de uma organização, a fim de serem devidamente incorporadas à estrutura patrimonial da organização. Portanto, os contadores devem ser os mais informados dos profissionais corporativos sobre as mudanças ocorridas, não apenas na organização, mas também na legislação e no mercado, e sobre as variáveis que afetam diretamente o comportamento. Além do referido progresso das atividades principais da organização.

Assim, a contabilidade é usada para controle e planejamento, Ludícibus e Marion (1985), apontam novamente que: o controle pode ser conceituado como o processo pelo qual o governo garante que a organização cumpra o mais fielmente possível os planos e políticas estabelecidos pelo governo. Planejar é o processo de decidir quais ações tomar para o futuro.

Desse modo, a importância da contabilidade na tomada de decisões explica que é essencial que seja um sistema de informação bem desenhado. Ludícibus e Marion (1985), reafirmam a necessidade de manter planos operacionais que sejam flexíveis à reestruturação dentro de uma organização. Portanto, durante períodos de queda ou aumento de rentabilidade, os relatórios gerenciais do departamento de contabilidade devem ser utilizados para acompanhar a evolução da rentabilidade. Planos avançados para reparar problemas e evitar problemas futuros.

Segundo Castro (2008), no Brasil, pode-se dizer que a contabilidade nasceu com o descobrimento do Brasil em 1500. O país começou a escrever a sua parte na história da contabilidade por volta de 1754, mais precisamente no que diz respeito às suas colônias portuguesas. A contabilidade brasileira foi regulamentada quando Dom José, também rei de Portugal, aprovou cartas legais emitidas para todos os territórios autônomos portugueses. Este documento estabelece, entre outras regulamentações, a obrigatoriedade de todos os contadores se cadastrarem na Comissão Comercial.

Castro (2008) afirma que o histórico fiscal do Brasil pode ser acompanhado no site de cada estado. Em 1870, o Real Decreto nº 475 criou a primeira regulamentação da profissão contábil no Brasil. O Instituto dos Contadores Judiciais foi oficialmente reconhecido e considerado a primeira profissão freelance regulamentada do país. Nesse período, foram dados os primeiros passos para melhorar a área. Na área de auditoria só eram admitidos contabilistas que tivessem frequentado cursos comerciais.

Ainda reforçando, Castro (2008) chama a atenção no desenvolvimento da história da contabilidade é o uso da expressão “guarda livro”. Segundo o relatório, o exercício desta profissão era exigido de profissionais de caráter interdisciplinar. Para

se tornar contador, era preciso entender português e francês, escrever com letra legível e, depois, com a introdução das máquinas de escrever, aprender a digitar.

Segundo Nagatsuka e Teles (2002), com a introdução dos cursos comerciais, o ensino de contabilidade passou a ser oferecido como atividade profissional. Sendo assim, a contabilidade no Brasil, começou com um curso de comércio judicial na Faculdade de Comércio Álvares Penteado, a primeira escola especializada em ensino de contabilidade. Os graduados deste curso, supervisionado pela Câmara de Comércio e Indústria de Lisboa, eram chamados de contabilistas. Outras escolas com cursos de contabilidade surgiram após o período colonial do Brasil.

Oliveira (2005), cita que: em 1920, havia “contadores” em empresas comerciais e industriais, geralmente pessoas bem-intencionadas, mas com menos formação técnica, que aprendiam através da tecnologia. Os contadores cuidavam de todos os aspectos dos livros de uma empresa, incluindo escrituração contábil, correspondência, contratos e cancelamentos, emissão de cheques, pagamentos e recebimentos.

O domínio da Escola Americana de Contabilidade começou com a Circular nº 179/72 do Banco Central e tornou-se ainda mais evidente com a Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Segundo Marion (2007), com a criação do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais na Faculdade da USP, em 1946, o Brasil adquiriu o primeiro núcleo efetivo de pesquisa contábil no modelo norte-americano, proporcionando ensino, pesquisa e preparação ao assunto foi atribuído. Determinando a construção de trabalhos de natureza científica reconhecidamente importantes para a contabilidade.

Segundo Oliveira e Silva (2013), a contabilidade existe no Brasil desde a colonização e hoje é considerada essencial para a sobrevivência econômica das empresas e do país. O controle é essencial dado o mercado competitivo, as leis abrangentes e o fato de as leis poderem mudar a qualquer momento. Um cenário em constante mudança e rápida evolução exige profissionais responsáveis e que desempenhem suas funções com ética.

Por conseguinte, a Contabilidade é importante desde os primórdios da humanidade, visto que, é uma ciência que nos dias atuais se apresenta como fundamental para a sobrevivência e o crescimento das empresas de todos os portes. Em consenso, mediante à tecnologia que vem avançando, a contabilidade continua otimizando seus processos e maximizando seus serviços.

2.2 EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo é uma oportunidade e uma ação que todo indivíduo que sonha em ter seu próprio negócio pode optar, mas, precisa ser realizado com planejamento e alinhado com os conhecimentos contábeis para obter sucesso ao longo dos anos.

Almeida, Valadares e Sediya (2017), destacam que o conceito de empreendedorismo fora da economia, é amplo porque inclui também conceitos científicos que observam o comportamento, a sociedade e a política. A junção de todo esse conhecimento é fundamental para tornar sua prática mais eficiente.

O desenvolvimento do Índice de Empreendedorismo junto aos órgãos governamentais é mais um passo para melhorar a integração e adequação das políticas relativas à economia brasileira, bem como ampliar o conhecimento nesta nova via de pesquisa científica e acadêmica (BORGES-JUNIOR; ANDREASSI; NASSIF, 2017).

Teece (2016), vincula que a criatividade deve incluir a capacidade de impulsionar e adaptar objetivos, um elevado grau de consciência do local e a capacidade de um empreendedor observar todas as oportunidades para novos empreendimentos e tomar decisões de risco moderado em favor da inovação. Os empreendedores imaginam, constroem e executam uma visão. A inovação não tem necessariamente um grande impacto, pois, em última análise, proporciona uma vantagem competitiva à organização.

Hoje, conforme destaca Kelley; Singer e Herrington (2011) o empreendedorismo tornou-se uma atividade reconhecida e valorizada no desenvolvimento econômico geral e na sociedade. Desta forma, alguns especialistas explicam o que tem acontecido com a prática do empreendedorismo e quais são as principais formas de estabelecer comunicação mútua com os campos econômico, social, político e organizacional dos diferentes campos.

Em consenso, Soares e Bastos (2007), afirmam que tornar-se empreendedor exige superar muitos desafios e exige um planejamento técnico que leve em conta o fato de que as taxas de desemprego são elevadas em todo o mundo. Isso destaca a necessidade de encontrar novas maneiras de sobreviver em seu negócio. As decisões mais importantes baseiam-se nas necessidades únicas de oportunidades no mercado de trabalho tradicional.

Monitor (2017), afirma que os primeiros empreendedores são motivados pela necessidade ou oportunidade. Os empresários não têm de decidir agir só porque não há emprego melhor disponível e começar um negócio essencialmente para obter o seu próprio rendimento para sustentar a si próprios e às suas famílias. Os empreendedores de oportunidade reconhecem uma oportunidade ou nicho de negócio e decidem avançar, mesmo que existam atualmente opções alternativas de emprego ou rendimento.

Baggio (2015) destaca que os economistas reconhecem que o empreendedorismo é essencial para o desenvolvimento econômico de todos os modelos possíveis dentro da sociedade para classificar o comportamento individual dos membros de uma empresa. Por outras palavras, sem líderes empresariais de base empreendedores, o crescimento econômico é impossível.

Baggio (2015), reforça que embora o Brasil possua os maiores recursos naturais do mundo, as capacidades empreendedoras dos seus cidadãos permanecem relativamente inexploradas. Porém, houve um aumento significativo na orientação empresarial e na criação de empregos no Brasil, o que mostra a força dos brasileiros na implementação de projetos e na superação de obstáculos do dia a dia.

Nessa ótica, o empreendedorismo disponibiliza diversas oportunidades para o empreendedor crescer financeiramente, gerando também uma maior probabilidade de vagas de trabalho para a sociedade. Todavia, vale ressaltar, que existem uma gama de desafios que precisam ser vencidos e pontos estratégicos dentro do processo de gestão da empresa que são fundamentais para a sobrevivência do empreendimento.

2.3 SUPERMERCADOS E O AVANÇO TECNOLÓGICO

Os supermercados são estabelecimentos fundamentais para a sociedade, pois dispõe de um grupo de alimentos que o ser humano necessita para manter sua nutrição adequada. Além disso, são empresas que disponibilizam vagas de emprego para diversas pessoas e dessa forma, contribui para o crescimento socioeconômico do país. Em consenso, a tecnologia tem avançada cada vez mais para o benefício dos estabelecimentos, vinculando um importante agregado para o cotidiano de um supermercado.

Segundo Rinaldi, Morabito e Tachibana (2009), os supermercados são identificados como empresas que trabalham com o varejo, sendo um elo que conecta

um produto ao consumidor final vendendo de forma prioritária alimentos perecíveis. O atendimento é proporcionado através autoatendimento (self-service) e posteriormente o pagamento é realizado no caixa, sendo esse um autosserviço fundamental. Os supermercados precisam se preocupar em dispor um ótimo atendimento, pois essa ação faz com que as vendas tenham um maior volume, além disso, as tecnologias que facilitam esse atendimento são primordiais para flexibilizar o trabalho dos funcionários e uma maior organização para os clientes.

Em consenso, Ferreira e Silveira (2020), fundamentam que os supermercados tem a capacidade de utilizar recursos de TI\SI (Tecnologia da Informação\Sistema de Informação), seja com banco de dados funcionais, telecomunicações ou disposição de fornecedores que vão melhorar essa ponte entre empresa e cliente. Essas características tecnológicas facilitam a visualização da preferência dos clientes aos produtos ou os índices de satisfação durante o atendimento.

Assim, Ferreira e Silveira (2020) ainda reforçam que no decorrer das décadas a internet e automatização do atendimento vai disponibilizar uma infraestrutura de informação no qual a empresa vai precisar gerar operações mais eficientes, com foco em uma gestão adequada que proporcione uma vantagem competitiva comercial. Os negócios só tendem a se expandir com a inserção da TI\SI, evidenciando uma maior economia dos mercados e evolução em toda sua composição estrutural de atendimento e implantação de tecnologias.

Nesse sentido, Maia (2000), afirma que o exacerbado grau de informações precisa de um processamento eficiente, estabelecendo que existe uma carência inevitável para torna-las legíveis no momento de prover uma decisão. Nesse sentido, os mecanismos de TI\SI tem essa capacidade de suprir as necessidades encontradas quanto a análise de dados e estatísticas. É notório destacar, que algumas pesquisas retratam uma dependência das empresas que utilizam a TI para seus negócios, todavia, isso demonstra que essa automatização foi feita para reduzir processos repetitivos, despesas e ter uma maior agilidade no atendimento ao cliente buscando alavancar o empreendimento.

Nessa ótica Parente (2000), conceitua em seu estudo que o varejo alimentício no Brasil tem uma importância inegável, visto que, atende diversos perfis socioeconômicos de consumidor visando a compra de produtos alimentícios que são fundamentais para a sobrevivência do ser humano. Ademais, faz com que exista uma relação mutua de compra e demanda de produtos.

Em consonância, Nunes e Sousa (2013) relatam que o processo de atividade varejista é uma importante vertente para a economia dos estados, pois através dessa comercialização que o capital consegue girar dentro das cidades brasileiras. Os supermercados se destacam pela intensidade da procura e o relacionamento com fornecedores que auxiliam nesse processo de atendimento básico para que as pessoas consigam comprar seus insumos nos supermercados.

Nesse sentido, Kenski (2003), destaca que a tecnologia da informação tem evoluído de forma exponencial com a circulação e troca de dados mais rápida e isso vem transformando o cenário econômico dentro das empresas. As modificações acontecem tanto nas empresas como no desempenho dos profissionais gerando qualificação e flexibilidade no atendimento. É nessa perspectiva que uma ferramenta está proporcionando melhorias, sendo essa o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) que se incorpora as atividades empresariais proporcionando resultados positivos e negativos, isso depende muito do processo de planejamento.

Nesse aspecto, os autores vincularam que a tecnologia nos supermercados está ajudando a melhorar a eficiência operacional, contribuindo com a produtividade das equipes e melhorando a lucratividade dos varejistas diante dos desafios impostos pela pandemia e pelos novos hábitos de consumo. Por exemplo, painéis e prateleiras digitais com reconhecimento facial, campanhas interativas, autoatendimento e sistemas de pagamento automatizados já fazem parte do varejo. Enquanto isso, na era do crescimento dos canais digitais, aumentou o desafio dos empreendedores em manter suas lojas e remessas de produtos alinhadas ao atendimento ao cliente.

2.4 CONCEITO DE NF-E

A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) é um grande avanço para todo o processo tecnológico nas empresas, auxiliando assim em todo o processo eletrônico e burocrático que ocorre durante a prestação dos serviços e transações comerciais.

Segundo Gomes (2013), muito avanço tem ocorrido na área da tecnologia ao redor do mundo, principalmente quando se trata das inovações referentes as informações, pois demonstram um crescimento vigente no planejamento e no processamento dos dados pelas empresas em diversos setores. Essa tecnologia consegue modular a atuação no campo das transações comerciais, com foco na

inserção de celulares e computadores que automatizam o serviço prestado pelas empresas visando um maior destaque no mercado.

Silva *et al.* (2014), afirmam que o contexto econômico mundial sofreu uma inerente mudança, pois houve a quebra de barreiras e obstáculos com ênfase no cotidiano comercial das empresas, o que categorizou aspectos que trouxeram benefícios para a produção e expansão do capital. Dito isso, novos e equipamentos e softwares são criados a fim de prover informações em tempo instantâneo, convertendo um sistema que seja menos pesado e se apresente mais completo com efetividade para o cotidiano laboral das empresas.

Assim, Gomes (2013) afirma que para uma incorporação adequada na sociedade em prol das exigências atuais que o mundo globalizado delimita quando se trata dos avanços da tecnologia, é imprescindível que a metodologia seja eficaz com as principais técnicas gerenciais. A parte eletrônica das empresas sempre é gerenciada por softwares que são responsáveis de atender uma demanda gritante de dados, além disso, ajustar o processo de aquisição e venda de produtos.

A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) é identificada como três principais subprojetos que fazem parte do programa SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) que gera uma modernização do processo administrativo tributário no Brasil. Acontece através da integração da Escrituração Fiscal Digital (SPED Fiscal) e a Escrituração Contábil Digital (SPED Contábil) que são complementares ao SPED, visando a modernização e simplificação do processo de escrituração fiscal e contábil para eliminar os processos acessórios (FARIA *et al.*, 2010).

Em consenso Branco (2008), destaca que a NF-e foi caracterizada como o primeiro subprojeto do SPED, tendo sua criação no ano de 2005 de forma antagônica ao sistema, visto que, é um documento eletrônico que substituiu a nota fiscal convencional em papel. Posto isso, a NF-e contém todos os dados do contribuinte e do destinatário, em consonância com todos os aspectos da transação comercial que foi realizada.

Segundo Silva *et al.*, (2014), por meio da NF-e as empresas são capazes de excluir a necessidade de usar os talões de notas fiscais, fazendo o registro de toda operação em meios eletrônicos com todos os dados essenciais. Este funcionamento é capaz de destacar toda operação da empresa, pois antes que ocorra a emissão online da nota o SPED tem a responsabilidade de pegar as informações sobre o que está sendo comercializado, especificando o preço e as características do comprador.

Assim, todas as transações ficam salvas em um banco de dados que as secretárias são responsáveis por proteger, principalmente a secretária estadual da fazenda e a Receita Federal do Brasil.

Neste contexto Young (2009), destaca que a NF-e é um documento de origem digital que tem a capacidade de emitir e armazenar de forma eletrônica os dados, visando os moldes fiscais e uma operação minuciosa da circulação de produtos e da prestação de serviços pela empresa em questão. O valor jurídico do processo está na assinatura digital do remetente, pois este fato destaca a garantia de autoria da recepção do documento por via eletrônica, antecedendo o fato gerador.

Na área de tecnologia, principalmente quando se trata de inovações na área de informação, houve grandes avanços em todo o mundo, e a NF-e se demonstra como um grande suporte a todo o processo de gestão eletrônica de uma empresa. As informações fornecidas ao longo deste tópico destacam a eficiência e extensibilidade do processo de implementação deste tipo de nota fiscal.

2.5 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED

A escrituração digital é uma ferramenta que organiza todo o processo de gerenciamento das informações, fundamentando um processo alinhado pelo governo para evitar que as empresas cometam fraudes ou sofram com o mesmo ato por parte de outras organizações.

Segundo Sousa *et al.* (2021), o projeto Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) é intitulado como uma ferramenta que o governo criou a fim de acompanhar e prover a fiscalização das empresas comerciais, vinculando uma incorporação dos fiscos em âmbito municipal, estadual e federal. Sendo assim, todos os dados são compartilhados, sejam dados fiscais ou contábeis ocorre uma padronização de todo fluxo de gerenciamento. Assim, desde essa implementação o projeto propiciou uma maximização e otimização das ferramentas subjacentes, visando a interligação das informações com o objetivo de evitar a sonegação fiscal por parte das empresas.

O SPED foi estabelecido em janeiro de 2007, através do governo federal, visando tornar melhor e mais tecnológico o vínculo existente com os contribuintes. Dessa maneira, resultou-se em benefícios a essas empresas que passaram a utilizar dessa facilidade em seus procedimentos laborais no que diz respeito a suas

informações contábeis e fiscais, proporcionando um desempenho célere em suas atividades (RECEITA FEDERAL, 2011).

Em consenso, Gomes (2013), destaca que através da supracitada criação, o governo tem caminhado sempre na procura pela adequação e melhor execução deste recurso oferecido. O SPED nasceu com a incumbência de concatenar os três âmbitos governamentais e seus respectivos sistemas financeiro de arrecadação.

Segundo Nascimento (2008), trata-se da inserção de um padrão capaz de atenuar as necessidades do modelo preexistente, eliminando o custo na produção das notas físicas, transformando-se em uma atividade cada vez mais digital. A competência abrange todo território nacional, com fulcro em regulamento que permite que a atividade desempenhada até o momento venha sendo superada de modo paulatino por uma operação mais inovadora.

Assim, Filipin *et al.* (2016), enfatizam que o SPED tem diversos subprojetos, o mais recente é o E-social que é caracterizado como um sistema que está composto das folhas de pagamento e todas as obrigações trabalhistas, fiscais e todos os contextos previdenciários de todos os empregados das empresas. Em consenso, existe uma inerente dificuldade dos contadores durante a implantação deste sistema, visto que, é preciso mudar os aspectos culturais das empresas, qualificar os profissionais e ter uma implementação informatizada que atenda todos.

Neste cenário, Gonçalves e Silva (2019) destacam em sua pesquisa que foi realizada com base na percepção dos contribuintes, no qual o projeto SPED diminui diversos erros e ações fraudulentas para que emite as NF-e, além disso, gera uma grande redução nos custos por conta que os documentos ficam exclusivamente no ambiente virtual. Entretanto, algumas empresas ainda enfrentam dificuldade no momento de realizar as operações com ênfase nas obrigações acessórias e os prazos que são impostos nas atualizações dos leiautes dos programas.

Portanto, confirmou-se que o SPED promove a integração do fisco por meio da padronização e troca de informações contábeis e fiscais em atendimento às normas legais. Para além da racionalização e uniformização das obrigações secundárias dos contribuintes, a introdução de uma transferência uniforme das diversas obrigações secundárias dos diversos órgãos administrativos. Isso permite uma identificação mais rápida de infrações fiscais, melhor controle dos processos, acesso mais rápido às informações e controle operacional mais eficaz por meio de validação de dados e auditorias eletrônicas.

2.6 INFORMAÇÃO CONTÁBIL

As informações contábeis são a base de todo um processo de articulação contábil que é realizado em todas as empresas, visto que, nenhuma empresa é capaz de prosperar adequadamente sem o norteammento adequado dos dados. Além disso, estruturam as perspectivas ideias para avançar no que tange ao crescimento empresarial.

Segundo Moreira *et al.* (2013), as informações contábeis são fundamentais na tomada de decisão, demonstrando que a área fiscal da contabilidade é primordial no gerenciamento de qualquer empresa, com ênfase em todo o recebimento de informações que são relevantes no processo de norteammento de dados. Entretanto, muitas empresas não percebem a importância de uma assessoria contábil como uma ferramenta fundamental no auxílio dessas atividades. Por isso, o elo de administração realiza uma importante função quando as informações contábeis estão bem ajustadas.

Na mesma tônica, Yamamoto e Salotti (2006), destacam que a área da contabilidade é capaz de promover uma mensuração e uma comunicação que se associa com os aspectos econômicos referente às entidades, por isso, a informação contábil é importante em qualquer âmbito empresarial. Além disso, esse instrumento é capaz de transformar o conhecimento pré-existente do usuário com ênfase na empresa, visto que, a partir das informações contábeis é possível realizar uma melhor escolha na tomada de decisão.

Segundo Coelho, Cruz e Platt-Neto (2011), quando se trata da administração pública brasileira, a Constituição Federal (CF) assegura o exercício notório da fiscalização contábil, em consenso com os aspectos financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais visando uma legalidade das ações. Demonstrando dessa forma, um caráter obrigatório que precisa ser moldado pelo planejamento, pelo controle e pela responsabilização dos atos administrativos que o poder público prático, garantindo os direitos fundamentais do cidadão.

Sendo assim, Staudt (2017), na atualidade a informática é uma ciência cotidiana em todas as áreas que profissionais da contabilidade atuam, que por sua vez não vive sem a informática. Dessa forma, é notável que as organizações contábeis tem um maior investimento nos sistemas de controle e gestão de dados de forma automatizada, a fim de melhorar todo o serviço de atendimento aos clientes.

Gonzaga (2017), afirma que por conta deste avanço o contador teve um maior suporte nas suas atividades laborais, pois a evolução tecnológica abrange o comércio no geral e se insere em todo o fluxo de serviços que são prestados aos cidadãos. Assim, a população também aumentou seu nível de exigência com ênfase na transparência das ações que são realizados no cotidiano de atendimento.

Em consonância, Staudt (2017), destaca que o processo de informatização dispõe uma maior rapidez na disposição de informações e uma maior segurança para a análise de dados que vincula uma tomada de decisão mais assertiva. O contador teve uma grande evolução no que tange a implantação de softwares com mais eficiência e atuam disponibilizando uma maior segurança das informações contábeis que são dispostas. A qualidade do serviço facilita todo o processo que intermedia a função do contador.

Por fim, Neves, Oliveira e Carneiro (2011), destacam que a expansão e o desenvolvimento da contabilidade têm possibilitado que os profissionais contadores tenham uma capacidade técnico científica mais apurada, visando sempre se atualizar sobre as tecnologias que facilitam o atendimento contábil. Em consonância, com a tecnologia da informação e as esferas públicas que fazem a gestão do país, foi possível estabelecer uma comunicação e rapidez na transmissão de dados para a receita federal por meio do SPED.

Nesse sentido, as informações contábeis podem gerar diversos tipos de dados que contribuem para importantes tomadas de decisão dentro de uma empresa. Essas informações podem então ser rastreadas até a administração, proprietários e acionistas para representar a realidade financeira atual e futura da organização. Assim, o processo se torna mais eficiente e robusto na tomada de decisões

2.7 IMPLANTAÇÃO DA NF-e

Todo o processo de implantação enfrenta dificuldades e no caso da nota fiscal eletrônica (NF-e) o principal fato destacado é a otimização ao utiliza-la, visto que, esse procedimento eletrônico tem como principal objetivo gerar uma gestão mais eficiente.

Dreher (2009), destaca que a incorporação do SPED e da NF-e demonstram uma otimização das responsabilidades de acessória e economia sobre o arquivamento dos documentos, em consonância com o combate aos processos de evasão e elisão fiscal. Através disso, estrutura-se um ambiente que é capaz de fazer com as

secretárias da fazenda e da receita federal consigam unir os dados fiscais e contábeis, evidenciando fraudes e sonegações. Possibilitando uma gestão mais eficiente, uma vez que, a confiabilidade das informações sincroniza e se interliga com os sistemas da empresa e os referidos fiscos.

A NF-e teve seu surgimento para acompanhar de perto todas as transações referentes a mercadorias e serviços prestados, em conjunto com uma facilitação do atendimento e o manuseio de todas as movimentações comerciais da empresa. Posto isso, a inserção da NF-e trouxe uma facilitação das atividades que o contribuinte realiza, em prol de uma fiscalização que reduza as transações de caráter informal e irregulares sem a emissão de nota. Na mesma perspectiva, destaca o não recolhimento de impostos em débito no qual adequa uma fiscalização transparente por parte dos órgãos competentes (HERRERO; MENSCH; PASINI, 2014).

Segundo Silva *et al.* (2016), o projeto NF-e insere uma implantação de um modelo nacional que vem substituir definitivamente a emissão do documento em papel, que tinha validade jurídica, enquanto que agora existe a assinatura digital do remetente que simplifica algumas obrigações acessórias dos contribuintes. Em consonância, promove um acompanhamento mais próximo das ações comerciais pelo fisco.

Nessa ótica Franzoni (1999), afirma que a incorporação da NF-e tem como finalidade causar impacto na seara econômica, praticando no deslinde das execuções obrigacionais a economicidade, eliminando a produção impressa e o acúmulo dessa produção. Mediante a isso, destacando os aspectos da evasão fiscal que para o autor se difere nos pagamentos que são realizados, em conjunto com a obrigação legal da ação o que reduz a carga tributária de forma significativa.

Silva *et al.*, (2016), considera que a inserção da NF-e no comércio proporciona fortalecimento e um desenvolvimento positivo, com ênfase em cada atividade executada ou negócio traçado no que diz respeito aqueles que são regidos pelas normas tributárias. Em que pese, tal nota fiscal ser gerada em primeiro momento, somente pelos contribuintes de maior peso para o erário.

Conforme Winn e Zhang (2013), no cenário Europeu, as autoridades responsáveis pelas políticas fiscais visualizaram diversos caminhos para maximizar a efetividade dos negócios através da utilização de um sistema com base nas NF-e, promovendo uma expansão em larga escala. Os principais benefícios podem ser destacados da seguinte forma: maior competitividade no mercado e satisfação do

cliente, obtenção da redução de custos com a diminuição do trabalho manual e maior geração da incorporação do processo de automação dos pagamentos.

Angeli-Neto e Martinez (2016) afirmam que no caso do Brasil, as iniciativas nessa temática de automatização pelas NF-e surgiram com ênfase no convênio ICMS de 156/94 que trouxe uma regularidade e uma obrigatoriedade, com foco nessa automação no âmbito comercial das empresas. O governo federal, estadual e municipal participou minuciosamente de toda essa junção, provendo uma tendência igualitária com o objetivo de fixar a tecnologia em todo o território brasileiro.

Além disso, Bonfim *et al.* (2012), afirmam que a NF-e é um avanço primordial para o Brasil gerando benefícios reais quanto a todos os agentes envolvidos, sendo especificamente um patrimônio da nação que foi conquistada com base em um estado menos burocrático que enxerga a sociedade com maior equidade. Existindo assim uma convergência, pois os processos estão alinhados com todas as esferas do governo trazendo um inerente benefício para o setor público. Essa ação possibilita uma maior arrecadação e otimização de recursos, desburocratizando as ações no mercado e facilitando a vida do empresário.

Angeli-Neto e Martinez (2016), fundamentam que a implantação da NF-e destacou a chance de as empresas de contabilidade também disponibilizarem seus serviços, pois as empresas de serviços possuem menos requisitos para a escrituração de suas transações, logo, demonstrando a necessidade de incorporação. As empresas que circulam mercadorias têm obrigações adicionais conforme o convênio ICMS 57/95, haja vista que, norteia a emissão dos documentos e a manutenção das informações da comercialização através de um processamento de dados. O caráter obrigatório de armazenamento refere a uma boa gestão da empresa, pois se torna capaz de interceptar rapidamente o problema.

Silva *et al.* (2016), afirmam que com base nos custos da implementação da NF-e, destaca-se uma variabilidade de R\$ 300 mil a R\$ 3 milhões conforme o tamanho da atividade gerada pela empresa. Ressalta-se que a inserção de uma nova tecnologia sempre sai de um investimento do usuário que traz o capital para a empresa.

Por meio disso Bonfim *et al.* (2012), vincula que o sucesso dessa implementação se integra através de diversos agentes do setor público, sendo esse um dos resultados positivos do projeto em questão, pois esse tipo de experiência colabora com o sucesso subsequente de novas empreitadas tecnológicas no Brasil e

no mundo. A burocracia se torna menor, vinculando uma operação mais transparente e que maximiza o mercado econômico brasileiro. Por conseguinte, o projeto da NF-e é um inerente exemplo da busca de uma melhor gestão tributária com foco nos benefícios para o contribuinte que se interessa pelo produto ou serviço da empresa.

Nesse sentido, o processo de implementação da Nota Fiscal Eletrônica, depende de uma série de fatores que estão associados ao enfrentamento das adversidades e barreiras encontradas. Todavia, fica nítido nas informações que esse mecanismo tem a capacidade de melhorar o fluxo nos mercados com uma otimização eficiente na sua emissão ao termino das compras.

2.8 CONTRIBUIÇÕES DE IMPOSTOS DA ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED

Devido ao processo burocrático do país que tem o Estado como seu principal gestor, a incidência de impostos é uma obrigatoriedade para a empresa se manter dentro da legalidade fiscal.

Viganó (2012), enfatiza que na instrução normativa RFB Nº 1.052 de 05 de julho de 2010 no qual era chamada de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição de Pis\Pasep e da CONFINS. Através dessa implementação houve o emprego de outra normativa de Nº 1.252 de 01 de março de 2012 que teve a denominação de passou a ser denominada Escrituração Fiscal Digital da Contribuição de Pis/Pasep e COFINS, visando a contribuição de financiamento e seguridade social.

Em consenso, o autor reforça destacando que a vinculação ao projeto SPED através de informações prestadas na escrituração fez um cruzamento direto entre os arquivos que são declaradas pelo EFD-Fiscal, provendo diferenças quanto a apuração dos impostos de ICMS, ICMS ST, IPI e as referidas contribuições previstas do PIS\Pasep e da COFINS (VIGANÓ, 2012).

No Quadro 1 segundo Viganó (2012), complementa o conhecimento ressaltando os seguintes impostos: PIS, COFINS, ICMS, IPI, IRPJ e CSLL, estes por sua vez têm o caráter de obrigatoriedade:

Quadro 1 – Impostos incidentes

IMPOSTOS	LEI	DESCRIÇÃO
PIS	Lei Complementar nro.7 de 1970 e Lei Nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002;	Programa de Integração Social
COFINS	Lei Complementar Nº 70 de 1991 e Lei Nº 9.718, de novembro de 1998.	Contribuição Social Financeira de Seguridade Social
ICMS	Decreto Lei Nº 37.699 de agosto de 1997.	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço, de Comunicação e de Transportes interestaduais e intermunicipais
IPI	Decreto Lei Nº 4.544 de 26 de dezembro de 2002 e Decreto Nº6.006, de 28 de dezembro de 2006 (Tabela TIPI).	Imposto sobre Produto Industrializado
IRPJ	Decreto Nº 3.000, de 26 de março de 1999.	Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
CSLL	Lei 7.689, de 15 de dezembro de 1988.	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Fonte: Viganó, (2012)

Nesse aspecto, fica visível a incidência de uma série de impostos obrigatórios, tais como: Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) que o empresário precisa abarcar conforme o Quadro 1, entretanto, tendo cada uma sua característica de contribuição sobre determinado produto ou serviço. Nesse sentido, pode ser que a empresa não trabalhe com algum destes e por sua vez não necessitará da referida contribuição.

2.8.1 PIS - Programa de Integração Social

O Programa de Integração Social (PIS), a princípio trata-se de contribuições sociais sob a forma de impostos devidos pelas pessoas coletivas, que têm por objeto financiar o seguro-desemprego dos empregados públicos e privados, os complementos salariais, a participação nos rendimentos das pessoas e das empresas.

Segundo Viganó (2012), o Programa de Integração Social-PIS, tem o foco na destinação e promoção do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas, tendo a distinção para a empresa com incidência cumulativa do lucro que é estabelecido. Posto isso, uma alíquota de 0,65% sobre a receita bruta da venda de bens e serviços, visando a Lei de Nº 10.6307 de 30 de dezembro de 2002 enquanto

que no lucro real existe uma incidência não-cumulativa com uma alíquota de 1,65% com ênfase na receita bruta da venda de bens e serviços.

Viganó (2012), ainda ressalta que quando a empresa opta pela incidência cumulativa, não tem direito ao crédito do PIS sobre a aquisição de bens, insumos ou serviços, porém, para empresas que do Lucro real com incidência não cumulativa o crédito é permitido com a aquisição de bens, serviços, insumos e outras aquisições que estão previstas dentro da lei que rege essa transação.

Bergamini e Peixoto (2010), destacam que uma contribuição tributária de caráter social visa financiar o pagamento do seguro desemprego, abono e a participação da receita em órgãos e entidades seja para trabalhadores de empresas públicas ou privadas. O PIS teve sua instituição com base na Lei Complementar nº 7/1970 que teve sua destinação aos empregados de empresas privadas que tinham administração realizada pela Consolidação das Leis do Trabalho, assim, o PIS tem sua gestão prioritariamente pelo Ministério da Fazenda e o seu pagamento é efetuado pela Caixa Econômica Federal.

Os autores ainda reforçam que o PIS tem diversas semelhanças com o COFINS, visto que uma delas é que existem os dois regimes já comentados, o cumulativo e não cumulativo com porcentagens diferentes para cada um. Além disso, o PIS tem uma interação com o PASEP e as siglas aparecem juntas como PIS\PASEP em algumas ocasiões. Geralmente, quem está inscrita no PIS recebem o referido abono salarial que equivale ao salário mínimo, para receber é preciso estar cadastrado e cumprir outros requisitos pré-estabelecidos. Portanto, é um programa que visa reduzir a desigualdade na distribuição de rendimentos e conceder benefícios aos trabalhadores com baixos salários nas empresas privadas.

2.8.2 COFINS - Contribuição Social Financeira de Seguridade Social

Bergamini e Peixoto (2010), evidenciam que a contribuição Social Financeira de Seguridade Social-COFINS, tem uma ação exclusiva para as despesas que são destinadas à saúde, previdência e assistência social. Assim como o PIS\Pasep, o COFINS começou a ter o mesmo tratamento de alíquotas separadas para cada respectiva incidência. Para a empresa que opta pelo lucro presumido ou arbitrado com incidência cumulativa tem a porcentagem de 3% sobre as receitas de bens e serviços,

enquanto que para quem opta pelo lucro real é de 7,6% com base na Lei Nº 10.833 de 29 de dezembro de 2003.

Viganó (2012), afirma que os créditos são semelhantes ao PIS, só tem direito ao crédito na aquisição de bens, serviços ou insumos quem é pessoa jurídica e opta pelo lucro real com a incidência não cumulativa. Além disso, a contribuição do Fundo de Investimentos Sociais (FINSOCIAL), teve sua instituição pelo decreto Lei nº 1.940\82 que foi criada para custear os investimentos de caráter assistencial na alimentação, habitação popular, educação, saúde e amparo ao pequeno agricultor, estando amparada pelo art. 56 do ADCT da Constituição de 19889 para vigência transitória.

Nessa ótica, esse imposto se caracteriza através de uma incidência nos aspectos sociais tendo uma semelhança com o PIS, assim, independentemente do ramo de atuação da empresa, o COFINS é apenas um dos cálculos que devem ser feitos para garantir que a situação tributária da organização esteja em ordem. O recolhimento da COFINS é utilizado para financiar a previdência social e as pessoas jurídicas (PJ) pertencentes ao grupo de contribuintes e seus responsáveis nos termos da legislação do imposto de renda pessoa jurídica.

2.8.3 ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

O ICMS é um imposto estadual baseado no governo estadual brasileiro, o que significa que apenas os governos estaduais e federais locais têm o poder de aplicá-lo.

Conforme Viganó (2012), por conta de cada operação relacionada à circulação de mercadorias ou prestação de serviços o imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS foi criado. O ICMS não provém uma distinção da pessoa jurídica quando se trata do lucro presumido ou do lucro real, as porcentagens se mantêm iguais aos da saída de mercadorias e prestação do serviço, no geral a alíquota está vinculada nos 17%.

Nessa ótica segundo Lopes (2009), o ICMS está previsto no artigo 155, II, da Constituição Federal que estabelece a competência aos Estados e ao Distrito Federal na instituição do referido imposto. A circulação de mercadorias e a prestação de serviços de transporte em caráter interestadual e intermunicipal precisam ser taxados,

além disso, as operações que tem vínculo com o exterior para o Brasil também decorrem sobre o ICMS.

Ainda conforme o referido autor, o cálculo no qual o ICMS se baseia é fixado no valor da operação seja de saída ou entrada, quando não existe este referido valor utiliza-se o quantitativo monetário da mercadoria para realizar a operação. Posto isso, o ICMS não tem caráter cumulativo, sendo assim o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços deverá ser indenizado no valor previamente faturado pelo mesmo ou por outro Estado ou mesmo pelo Distrito Federal.

Por conseguinte Souza (2022), afirma que o ICMS está incluso no valor do produto e incide sobre quem exerce alguma das atividades, mesmo para operações iniciadas no exterior tem jurisdição estadual. É de responsabilidade das leis de cada estado. Nas negociações entre Estados, a cobrança é feita pelo País de destino do bem ou serviço.

Este imposto por sua vez, é incidente na esfera estadual, visto que, ao abrir o próprio negócio, cada empresário deve ter especial atenção às obrigações fiscais relacionadas com o seu ramo de atividade. Desta forma, o negócio mantém-se legal e evita problemas posteriores com a administração fiscal. E este é um dos impostos mais importantes utilizados no Brasil com foco nos bens e serviços.

2.8.4 IPI - Imposto sobre Produto Industrializado

Este é um imposto federal que só pode ser cobrado ou modificado pela União sobre produtos fabricados no Brasil. Regula a arrecadação, administração, arrecadação e administração de impostos sobre produtos industriais.

Loureiro (2015), afirma que o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) teve sua instituição pela promulgação da Emenda 18 em 1965 (Projeto de Emenda Constitucional nº 8 de 1965 - Congresso), conhecida como Reforma do Sistema Tributário. Desde a sua criação, este imposto tem as características de ser seletivo e não cumulativo.

Ferreira (2015), destaca que com esse imposto trabalha com ênfase na legislação, pois o produto industrializado é aquele que sofreu qualquer operação em âmbito industrial ou equiparado, com características de importação ou arrematante que tenha uma modificação da sua natureza ou finalidade. Nesse caso, o produto foi

aperfeiçoado para o consumo e submetido a recondicionamento, transformação ou renovação.

Conforme Loureiro (2015), em termos de seletividade, o IPI deveria ser um imposto seletivo por sua natureza essencial. A seletividade desse imposto federal é possibilitada pela técnica da alíquota, cuja alteração será baseada na importância do produto.

Brasil (1966) destaca que o processo da não-acumulação completa-se quando o imposto sobre o produto industrial é devido e cobrado é deduzido do imposto recolhido durante a operação imediatamente a seguir, com ênfase no que está previsto no artigo 9.º do Código Tributário Nacional.

Segundo Viganó (2012), cada atividade de produto é industrializada, ocorre apenas no evento de criação. Não faz distinção entre alíquotas cumulativas ou não cumulativas, mas somente empresas industriais ou indústrias similares aplicarão esse imposto sobre seus rendimentos.

Nesse aspecto, Viganó (2012) ainda destaca que as alíquotas variam de acordo com a tabela de alíquotas do Regulamento do IPI e também podem ser 0% ou Alíquotas Não Tributadas, separadas por seção, capítulo, subcapítulo, título, subtítulo, postagem de artigo e sub-postagens. O IPI é um imposto não cumulativo, o que significa que somente são creditadas empresas que optem por aplicar a mesma alíquota e estejam em indústrias, equivalentes ou de origem estrangeira.

Dessa forma, esse imposto federal incide no âmbito das indústrias preferencialmente nos produtos que são fabricados, visto que, são aqueles fabricados em larga escala em fábricas com máquinas e equipamentos especiais. Segue padrões definidos e difere dos produtos artesanais. Esses produtos são encontrados em diversas áreas, como alimentos, eletrônicos, automóveis e roupas.

2.8.5 IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

Este é um imposto federal que todas as empresas com CNPJ válido devem pagar, com algumas exceções. A base de cálculo leva em consideração o sistema tributário das pessoas jurídicas e atribui a cada uma delas uma alíquota para fins de cálculo.

Imbrosio Neto *et al.* (2005), afirmam que no Brasil, o processo de cobrança de imposto sobre a renda é uma incidência notória no conjunto líquido dos rendimentos

de qualquer natureza, tendo sua instituição através da Lei Nº 4.625 no dia 31 de dezembro de 1992. Tendo assim, estimou a Receita Geral da República dos Estados Unidos (EUA) e Brasil em 1923 respectivamente

Por fim, Viganó (2012), afirma que com base nos rendimentos apurados de acordo com os registros contábeis e fiscais estabelecidos pela legislação comercial e tributária, seu cálculo pode ser mensal, trimestral, semestral ou anual, mas haverá IRPJ somente se a empresa optar por rendimentos reais e rentáveis. Para as empresas que optarem pelo Lucro Presumido, o IRPJ será sempre devido a 15% da Base de Premissa, lucro ou não.

Nessa ótica, este é um imposto federal que incide a fim de obter lucro em cima dos rendimentos das empresas, visto que, quando o empreendedor obtém um CNPJ fica sujeito aos tributos fiscais existentes no Brasil.

2.8.6 CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

É um Imposto federal brasileiro incidente sobre o lucro líquido do período base antes das provisões para imposto de renda. Esse dinheiro é devido por empresas e organizações abrangidas pela Lei de RI e destina-se a ser uma fonte de financiamento da seguridade social.

Olescki (2022), afirma que o artigo de nº 149 da constituição Federal compete as contribuições sociais exclusivamente à União, através de intervenções no domínio econômico e de interesse de todas as categoriais profissionais ou econômicas. Tendo como instrumento de atuação as determinadas áreas estabelecidas, tendo sua disposição nos artigos 146, inciso III e 150 inciso I e III relativamente as contribuições sociais sobre o lucro líquido que são elucidadas na constituição.

Carrazza (2009), destaca que, inicialmente a Constituição Federal prevê três tipos de “contribuições”, contribuições intervencionistas, corporativas e sociais, com essas naturezas explicitamente fiscais, conforme delineado na última seção. O art. 149 da Constituição estabelece que as contribuições estão sujeitas a um regime jurídico tributário.

Sendo assim, Viganó (2012) destaca que as contribuições do PIS e do COFINS geralmente não são demonstradas nas notas fiscais no formato impresso, pois sua identificação é possível apenas pela chave de acesso da nota fiscal eletrônica, em que cada um é tratado separadamente. No novo formato eletrônico as contribuições

tem sua demonstração em cada produto e em cada nota, todavia, acontece alguns problemas como a falta de cadastramento da descrição da unidade de medida do produto. A não classificação do PIS ou COFINS no código de situação tributária (CST) no produto, e até mesmo uma informação da chave em nota fiscal eletrônica, ou seja, não há chave de acesso e posteriormente passou a ser obrigatório.

Portanto, este é um imposto de jurisdição da União, aplicável às pessoas jurídicas localizadas no Brasil. Foi instituído pela Lei nº 7.689/88 para financiar a seguridade social, mas foi modificado em legislações posteriores até atingir a forma atual. A CSLL preencheu a declaração de imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ). O fator gerador da CSLL é o cálculo do resultado líquido com base no resultado contábil com acréscimos e exclusões determinados pela legislação tributária.

3 METODOLOGIA

No referido tópico houve a apresentação do tipo de estudo e os aspectos metodológicos utilizados para obter toda coleta de dados e análise, além disso, as especificações conceituais dos métodos. Em consenso, outras características fundamentais da monografia foram abordadas, tais como: local da pesquisa, critérios de inclusão e exclusão, instrumento e coleta de dados\análise e os aspectos éticos.

3.1 TIPO DE ESTUDO

Sob essa ótica, o estudo é definido como uma pesquisa descritiva, de levantamento, com abordagem quali-quantitativa, com utilização de dados primários que foram coletados através de um questionário que embasou o cerne norteador da monografia. Sendo válido salientar a coleta dos dados secundários que são trabalhos já publicados para auxiliar em toda construção da monografia, a fim de embasar o conhecimento científico pré-existente sobre o tema proposto.

Segundo Nunes; Nascimento e Alencar (2016), quando se trata de uma pesquisa descritiva é importante destacar que o pesquisador terá que realizar um estudo observacional, na qual ele compara grupos similares ou fenômenos específicos. A descrição propõe o registro e a análise das características do que se observa, relacionando os fatores e as variáveis que estão associadas ao fenômeno do processo que o pesquisador está descrevendo. Este tipo de pesquisa evidencia a visão de uma realidade já conhecida sem uma descrição prévia.

Conforme Gil (2002), a pesquisa de levantamento é identificada como uma abordagem em que o pesquisador pretende realizar uma indagação diretamente com a pessoa, a fim de entender o seu comportamento sobre alguma vertente. Além disso, podem ser alocados grupos sociais para serem inseridos na investigação do problema que a amostra coleta evidenciou, possibilitando uma análise coerente sobre o tema proposto.

González (2020), destaca que a pesquisa qualitativa possibilita que o pesquisador assuma a indução como foco da sua análise, associando sua amostra e os fenômenos observados com a percepção e a sensação que aquele determinado aspecto causa. Posto isso, o pesquisador foca em atingir seu objeto de estudo com a

subjetividade das variantes que demonstrem a qualificação negativa ou positiva do objeto de estudo.

Por outro lado, Mattar (2001) afirma que a pesquisa quantitativa tem o intuito de validar as prerrogativas da pesquisa com a identificação dos dados bem estruturados em consonância com a estatística como principal auxílio. Este modo pode avaliar um grande número de casos sobre o determinado tema, quantificando dos dados e expandindo os resultados que amostra coleta trouxe para a pesquisa científica.

3.2 LOCAL DO ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada em um supermercado do município de Itaituba, a qual é uma cidade localizada no Estado do Pará. Os moradores se chamam itaitubenses e a cidade se estende por 62 040,1 km² e possui aproximadamente 101.247 habitantes conforme o último censo (IBGE, 2021).

3.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

O refinamento dos critérios de inclusão e exclusão de estudos científicos não pode ser negado sob nenhuma abordagem. Cada critério estabelecido é responsável pela seleção das principais obras ou participantes que podem fazer parte do estudo com foco nas mais relevantes. Dessa forma, são construídos esboços consistentes no início, meio e fim para comprimir e dar peso às partes mais sensíveis às informações obtidas pelo pesquisador (GIL, 1999).

Sendo assim, optou-se por escolher apenas um supermercado de grande porte da cidade que aceitasse participar da pesquisa e responder as indagações disponibilizadas no questionário.

3.4 INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS

A coleta foi realizada através da aplicação de um questionário estruturado no supermercado através de 11 questões que foram digitadas utilizando o programa word, as questões eram mistas (abertas e fechadas) em um questionário estruturado. Posteriormente uma cópia do questionário e do Termo de consentimento livre e

esclarecido (TCLE) foi impressa e entregue para a gerente administrativa da empresa no dia 20 de dezembro de 2023 e no dia 30 de dezembro 2023 houve a coleta do referido questionário com todas as questões respondidas. Ressalto que o mesmo foi respondido no dia 29 de dezembro.

Conforme Marconi e Lakatos (2011), o questionário permite ao pesquisador coletar seus dados através de diversas perguntas elaboradas com o devido cuidado e foco, podendo conter indagações subjetivas e objetivas. As respostas podem ser alocadas por escrito com a presença ou não do responsável da pesquisa, dito isso, o questionário pode ficar certo tempo com o participante e após a sua resolução o pesquisador se desloca para coletar ele respondido, isso pode ser feito com vários participantes que se tiverem o devido tempo podem responder rapidamente e entregar logo depois.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta do questionário respondido pela participante, houve a leitura de cada resposta e posteriormente a inserção em quadros, na sequência houve uma intensa pesquisa na literatura científica procurando estudos que colaborassem ou não com os achados da presente pesquisa. Sendo primordial destacar que esses estudos foram fundamentais na construção da discussão da monografia.

3.6 ASPECTOS ÉTICOS

Quando se trata do desenvolvimento de uma pesquisa de campo em um trabalho científico, sua construção precisa atender as diretrizes contidas na resolução Nº 466 de 12 de dezembro de 2012, que engloba os princípios a respeito da integridade humana que precisa ser respeitada pelo pesquisador. Por isso, é imprescindível que a ética seja adequada conforme o avanço científico e tecnológico, mantendo a liberdade e a autonomia do ser humano durante sua participação (BRASIL, 2012).

A pesquisa ocorreu através da utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual este documento ocorre a exposição do consentimento livre e esclarecido do participante ou do seu responsável legal. Assim, este termo é apresentado escrito com todas as informações essenciais para que o indivíduo

entenda o processo da pesquisa para que então tome uma decisão de participar ou não (BRASIL, 2012).

Dessa forma, a pesquisa se preocupou em ordenar todas as informações descritas conforme os aspectos éticos de direito autoral e cuidado com a disposição das respostas contidas no questionário. Além disso, realizando as citações de outras pesquisas com a inserção do nome dos autores no corpo do texto e na lista de referências.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico, organizou-se os dados coletados através do questionário respondido pela representante da empresa participante, sendo as respostas agrupadas em quadros para melhor destaque. Além disso, a disposição de estudos que ajudam a reforçar as informações evidenciadas pela presente pesquisa.

4.1 PERFIL DO PARTICIPANTE

A participante é do sexo feminino, sua faixa etária de 25 anos e tem Graduação em Administração. Na referida empresa ocupa o cargo de Gerente administrativo e atua cerca de 3 anos na presente função.

4.2 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO

A coleta dos dados ocorreu em um supermercado da cidade de Itaituba-PA, no dia 29 de dezembro de 2023. No qual a gerente administrativo da empresa respondeu a um questionário físico contendo 11 questões, das quais 9 foram abertas e 2 fechadas. Posteriormente, os dados foram agrupados em quadros com as referidas respostas.

Conforme a questão 1, foi indagado o seguinte: você considera o processo de emissão da NF-e de fácil entendimento e aplicação pelo usuário, traz resultados positivos em quais pontos, assim, a resposta está destacada no Quadro 2.

Quadro 2 – Processo de emissão da NF-e pelo usuário

Resposta	Na atualidade, o processo de emissão da NF-e é bem simples. Os sistemas contratados pela empresa fazem a maioria do trabalho, trazendo, como resultado a redução da mão de obra e menor margem de erros.
-----------------	--

Fonte: Elaborado por Pereira, (2024).

Com ênfase na resposta da participante foi referido que o processo de emissão da NF-e na organização é simples e trouxe aspectos positivos para a empresa, além da utilização de sistemas que automatizam todo o processo.

Sendo assim, se assemelhando a resposta da gestora na presente pesquisa, Santana (2017) realizou um estudo com três empresas de diferentes ramos varejistas da cidade de Bebedouro-SP, no que tange ao processo de emissão de NF-e através

de um sistema contratado para auxiliar na emissão das notas. Nessa ótica, dentre os principais resultados, foi revelado que todos os emissores acharam a ferramenta de fácil utilização, pois o diagrama possui uma sequência lógica, clara e objetiva, cujas principais vantagens foram a otimização do tempo e maior segurança no processo de declaração fiscal. Por conseguinte, verificou-se que o processo contábil através do referido sistema influenciou efetivamente o processo de emissão eletrônica de NF-e.

Nesse cenário, a literatura científica através do autor Santana (2017) evidencia os benefícios através de sistemas que usam softwares que melhoram todo o processo de emissão da NF-e. Em consonância, com esses sistemas que geram maior segurança no processo de declaração fiscal, agiliza os processos internos e resolve problemas relacionada na compra e venda de produtos.

No que tange a questão 2 foi indagado o seguinte: você concorda que o processo da NF-e oferece maior confiabilidade para sua empresa, com relação às informações internas da organização. Nesse sentido, a resposta foi sim e a descrição foi disposta no Quadro 03.

Quadro 3 – Confiabilidade do processo de emissão da NF-e

Resposta	A emissão da NF-e é a garantia que a empresa está atuando legalmente e pagando correto seus contribuintes
-----------------	---

Fonte: Elaborado por Pereira, (2024).

No que tange a confiabilidade, a participante respondeu que o processo de emissão da NF-e garante a segurança fiscal da empresa, principalmente quando se trata do pagamento dos impostos obrigatórios.

Segundo Silva (2019), a nota fiscal eletrônica trouxe muitos benefícios para as empresas, tais como: redução dos custos de papel, redução do armazenamento e dos erros, dispondo melhores aspectos sociais e benefícios significativos para os contribuintes, bem como a redução do impacto ambiental proporcionando melhores controles financeiros às autoridades fiscais. Isto também se reflete na redução da burocracia e na modernização da governança corporativa. Dessa forma, as pesquisas avançaram notavelmente e mostraram avanços tecnológicos na contabilidade relacionados ao mundo na era da informação e tecnologia.

O autor Silva (2019) colabora com os achados da pesquisa vinculando que a NF-e dispõe de avanços tecnológicos, redução de papel, melhor armazenamento, melhor controle fiscal e financeiro, além de trazer mais comodidade para todo o

processo. Dessa forma, essas características trazem uma maior confiabilidade e segurança para a empresa.

Na sequência, na questão 3 foi indagado o seguinte: quais os principais entraves identificados durante a implantação da NF-e no supermercado. Assim, a resposta foi disponibilizada no quadro 4.

Quadro 4 – Principais entraves identificados durante a implantação da NF-e

Resposta	De início só atualização de dados e a comunicação de fornecedores
-----------------	---

Fonte: Elaborado por Pereira, (2024).

Com relação aos impasses relacionados a emissão da NF-e, a participante referiu que apenas aspectos correlacionados a atualização de dados e comunicação com os fornecedores.

Conforme o estudo de Oliveira (2013), com empresas da cidade de Sousa- PB sobre a implantação da NF-e, verificou-se os seguintes fatores com ênfase na visão de 30 gestores das empresas participantes. As principais dificuldades na implementação foram o desconhecimento dos procedimentos, a falta de pessoal capacitado e a dependência da Internet durante a emissão da NF-e, dificultando a atualização de dados e comunicação com fornecedores. Isto mostra não só que há poucos trabalhadores competentes na área, mas também a necessidade de gestão e formação de pessoal, e a Internet pode ser uma barreira operacional para todo o processo de emissão.

O SPED também tem se mostrado uma ferramenta eficaz na evasão fiscal, fraude e outros tipos de crimes, considerados uma boa causa para o país. Mas por outro lado, surge outra preocupação relativamente à privacidade das informações. Para evitar o acesso não autorizado a informações confidenciais, a Receita Federal publica uma lista de relações fiscais para norteamento de todo o processo (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

Neste cenário, conforme a literatura científica os autores Oliveira (2013) e Oliveira e Silva (2012), referiram outros fatores sobre a emissão da NF-e, sendo os principais: falta de capacitação dos funcionários, problemas com a conexão da internet, desconhecimento da prestação de dados para a receita federal e outras características correlacionados ao investimento de treinamento para os funcionários das empresas no momento de emitir a NF-e.

Conforme a questão 4, foi indagado o seguinte: qual a utilização e métodos de implantação da NF-e. Nessa ótica, a resposta foi inserida no quadro 5.

Quadro 5 – Utilização e métodos de implantação da NF-e

Resposta	Além do sistema contratado, treinamento frequente com as atualizações sobre a NF-e e os impostos.
-----------------	---

Fonte: Elaborado por Pereira, (2024).

Quando se trata do processo de utilização e os métodos que estão envolvidos com a emissão da NF-e, a participante destacou que o sistema contratado é a base e o que se direciona com os aspectos da NF-e são os treinamentos dos funcionários sobre o sistema e as características que envolvem a NF-e.

Marzzoni e Souza (2020), realizaram um estudo na cidade de Marabá- PA com 40 empresas do ramo de comércio com o intuito de evidenciar de como estava ocorrendo o processo de emissão da NF-e, destacando que as empresas tiveram que adaptar seu ambiente de trabalho à tecnologia computacional do sistema contratado para gerenciar os dados.

Giacomazzi, Penteado e Pedroso (2013), realizaram um estudo demonstrando grandes dificuldades na integração dos colaboradores, principalmente com o desenvolvimento da tecnologia. Contudo, são necessárias tanto a participação como maiores explicações e diversas referências à formação continuada, respeitando sua trajetória e desenvolvimento profissional.

Além disso, constatou-se que exigem da empresa uma liderança mais sistemática e investimentos em educação continuada. Verificou-se que eles têm conhecimento dos benefícios da nota fiscal eletrônica, mas existem dificuldades específicas e operacionais que precisam ser solucionadas, mas a principal preocupação é a busca por treinamentos para aprimorar e aperfeiçoar a nova rotina necessária devido à presença de NF-e (GIACOMAZZI; PENTEADO; PEDROSO, 2013).

Nessa ótica, é importante salientar as informações evidenciadas na literatura com ênfase nos autores Marzzoni e Souza (2020) e Giacomazzi, Penteado e Pedroso (2013), que as empresas precisaram adaptar seu ambiente laboral com maior tecnologia, principalmente no aspecto de informática e software. Essas ações fazem com que o preenchimento da NF-e se torne mais assertiva e célere, pois fica evidente

que existem dificuldades operacionais quando a empresa não tem pessoal capacitado para se beneficiar e conduzir todo o processo de emissão da NF-e.

No que tange a questão 5, foi indagado o seguinte: você acredita que a implantação da NF-e trouxe benefícios para o supermercado. Afirmou que sim e a resposta foi inserida no quadro 6.

Quadro 6 – Benefícios da NF-e para o supermercado

Resposta	A NF-e garante agilidade e praticidade já que tudo pode ser feito pela internet de qualquer lugar que você ou o responsável estiver.
-----------------	--

Fonte: Elaborado por Pereira, (2024).

No que se refere quanto aos benefícios da implementação da NF-e destacou-se que trouxe praticidade para a empresa, visto que, nos dias atuais com o advento da internet é possível realizar o processo de qualquer lugar com uma maior comodidade.

Em consenso, Aparecido (2021), destacou em seu estudo que o sistema público de Escrituração Digital tem tido um certo impacto na prestação de serviços relacionados com o administrador tributário, por exemplo, na rapidez de acesso à informação e na eficiência das operações através do cruzamento de informação e, assim, na detecção cada vez mais rápida de atividades ilícitas. Desta forma, reduziu a participação indesejada em fraudes, também contribuiu para que a presença de auditores fiscais junto dos contribuintes fosse mais barata, em consenso a supervisão e os controles também foram reforçados pelo intercâmbio fiscal entre autoridades e pelo reforço do combate à evasão fiscal.

Quando se observa na literatura, o autor Aparecido (2021), evidencia que a implantação da NF-e trouxe benefícios para as empresas, além disso, na rapidez do acesso à informação e na eficiência das operações através do cruzamento de dados, pois esses fatores diminuem a ocorrência de evasão fiscal e através da internet o processo se torna mais eficiente e célere.

Conforme a questão 6, foi indagado o seguinte: quais vantagens e desvantagens a NF-e trouxe para o supermercado. Nessa ótica, as informações foram dispostas no quadro 7.

Quadro 7 – Vantagens e Desvantagens da NF-e para o supermercado

Resposta	Menor margem de erro, melhor controle dos números da empresa, acompanhamento do volume de entregas e compras.
-----------------	---

Fonte: Elaborado por Pereira, (2024).

Sendo assim, sobre as vantagens e desvantagens da NF-e a participante destacou que houve menor margem de erro, melhor controle dos números da empresa, acompanhamento do volume de entregas e compras. Quanto as desvantagens da NF-e, a participante não referiu ao responder o questionário.

Eckert *et al.* (2011) realizou um estudo em uma empresa do ramo industrial na cidade de Curitiba-PR sobre a implantação da NF-e, no qual a empresa investigada destacou que o novo sistema trouxe algumas desvantagens aos contribuintes, mas também trouxe muitas vantagens. A empresa do estudo de caso foi beneficiada com menor margem de erro fiscal e consequentemente melhor controle dos números da empresa. Ganhou também no controle operacional, porque agora que a autoridade fiscal tem todas as informações da empresa detalhadamente, os envolvidos nos procedimentos aumentaram a diligência para evitar erros nas operações diárias.

Em consonância, Simas *et al.* (2011) realizou um estudo em uma concessionária de serviços públicos no estado de Santa Catarina, destacando às desvantagens do uso da NF-e. O entrevistado conseguiu apontar alguns fatos, como o alto custo da parametrização dos dados, e embora fosse política da empresa fazer o que é certo perante a lei, enviar dados para a SEFAZ online saiu do Fisco com melhor controle do negócio quase que em tempo real de todas as informações (SIMAS *et al.*, 2011).

Todavia, ao se analisar a literatura os autores Eckert *et al.* (2011) e Simas *et al.* (2011), evidenciaram se sente vulnerável ao enviar tantas informações ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) porque não sabe o destino final dessas informações, além dos problemas com a internet que geram instabilidade ao enviar a DANFE para o cliente por e-mail.

No que tange a questão 7, foi indagado o seguinte: como o novo método de nota fiscal ajuda na tomada de decisão. Sendo assim, a resposta foi disponibilizada no quadro 8.

Quadro 8 – Tomada de decisão e o novo método de NF-e

Resposta	Com informações das notas fiscais bem esclarecidas as tomadas de decisões serão mais assertivas, pois estarão baseadas em dados concretos que mostram a realidade da empresa
-----------------	--

Fonte: Elaborado por Pereira, (2024).

Sobre a influência da NF-e ao supermercado no que tange à tomada de decisão, a participante afirmou maior assertividade no momento de emitir e uma

melhor tomada de decisão, visto que, haverá um norteamento através de dados fidedignos que demonstram a realidade da empresa.

Silva *et al.* (2014), realizou um estudo com 30 empresas localizadas no município de Umuarama/PR. Os resultados mostram que os maiores efeitos da adoção da NF-e foram: mudanças nos processos internos, necessidade de investimentos tecnológicos e aumento dos custos totais. Esses aspectos fomentados são ferramentas que auxiliaram na tomada de decisão empresarial, trazendo mais assertividade para o processo.

Na sequência, com base na literatura científica o autor Silva *et al.* (2014) discorreu em seu estudo que a NF-e simplifica o trabalho, auxilia os negócios no ponto de vista fiscal e incentivam um maior investimento tecnológico, assim, estruturando um processo que ajuda no processo de decisão empresarial devido a melhor organização dos dados emitidos.

Conforme a questão 8, foi indagado o seguinte: quais as principais obrigações acessórias durante a emissão da NF-e. A resposta foi destacada no quadro 9.

Quadro 9 - Principais obrigações acessórias durante a emissão da NF-e

Resposta	As obrigações acessórias podem variar dependendo do regime tributário da empresa, tais como: DIRF, Lucro presumido, Lucro real, EFD, CAGED, RAIS e etc.
-----------------	---

Fonte: Elaborado por Pereira, (2024).

Assim, as principais obrigações acessórias evidenciadas no questionário foram as seguintes: DIRF, Lucro presumido, Lucro real, EFD, CAGED, RAIS e etc. Destacando que podem variar, visto que, dependem do regime tributário da empresa e seu ramo de atuação.

Tumelero (2013), destacou através de uma revisão bibliográfica que as obrigações acessórias são responsáveis por documentar os pagamentos efetuados de cada tributo. Ou seja, este é o momento em que se visualiza todas as suas transações tributárias. Os principais são: EFD (Escrituração Fiscal Digital), SEFIP/GFIP (Sistema Empresa de Reconhecimento do FGTS e Informações à Previdência Social), CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), ECD (Escrituração Contábil Digital) — Lucro Real e Lucro Presumido obrigatório e Simples Nacional Facultativo, ECF (Escrituração Contábil Fiscal), DIRF (Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte) e RAIS (Relação Anual de Informações Sociais).

Segundo Silva (2018), a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) é uma realidade e vem gradativamente tomando espaço nas transações empresariais e tributárias à medida que cada vez mais contribuintes são envolvidos e obrigados a adotar o padrão eletrônico. Como resultado, estão ocorrendo mudanças significativas no processo de envio e gerenciamento de informações fiscais. Neste ambiente, os contribuintes ainda têm obrigações fiscais adicionais significativas, além de certos benefícios. Ainda é obrigatória a criação dos arquivos correspondentes e sua transferência para o sistema integrado de informações de circulação de mercadorias e serviços interestaduais - SINTEGRA, bem como a transferência do manual de informações e cálculo do ICMS-GIA, livros fiscais e demais obrigações correlatas que atualmente estão impostas pelos contribuintes.

Sendo assim, de forma complementar os autores Tumelero (2013) e Silva (2018), destacam que outras obrigações como SEFIP/GFIP, ECD, FGTS, ICMS e dentre outras características que estão evidenciadas no contexto tributária da empresa que pode requer ações diferenciadas pelo nicho tributário em questão. Posto isso, são contribuições fundamentais para que a empresa esteja dentro de todos os padrões adequados que a Receita Federal estabelece.

Nessa ótica, na questão 9 foi indagado o seguinte: como a empresa optante pelo Simples Nacional deve preencher a NF-e. Assim, a resposta foi inserida no quadro 10.

Quadro 10- Preenchimento da NF-e pela empresa do Simples Nacional

Resposta	Através do portal do Simples Nacional, preenche o CPF e o CNPJ do cliente, descrevendo o serviço prestado ou produto vendido e o valor da transação
-----------------	---

Fonte: Elaborado por Pereira, (2024).

Quanto a empresa do Simples Nacional, foi respondido pela participante que o preenchimento ocorre através do CPF ou CNPJ do cliente com o destaque do serviço que foi prestado ou produto vendido, em consenso com o valor da transação.

Marzzoni e Souza (2020) construíram uma revisão bibliográfica sobre a emissão da NF-e pelo Simples Nacional, no qual é necessário fazer login no portal e inserir os dados da operadora e do serviço oferecido. Após acessar o portal do Simples Nacional é necessário preencher o CPF ou CNPJ do cliente; descrever o serviço prestado ou produto vendido e o valor da transação e criar uma fatura. O destinatário da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços (NFS) receberá uma notificação em

seu celular e poderá visualizar a nota. Somente MEIs que prestam serviços sem recolhimento de ICMS podem enviar fatura pelo portal do Simples Nacional.

A receita também é um dos principais fatores utilizados para identificar as empresas selecionadas pelo Simples. Se a empresa atingir R\$ 3,6 milhões por ano, excluindo algumas limitações de participação de parceiros e indústrias, provavelmente se qualificará. E dependendo da participação do Estado no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, também pode haver um piso, ou seja, um teto de renda mais baixo (SOUSA, 2020).

Na sequência, o autor Marzzoni e Souza (2020) destacou a mesma informação referida na pesquisa, porém, com informações adicionais referente às características do porte das empresas que se caracterizará principalmente no seu porte e receita bruta que irá evidenciar outras condutas que são inseridas no Simples Nacional.

Na sequência, na questão 10 foi indagado o seguinte: o que deve ser feito com o canhoto da DANFE assinado pelo cliente. A resposta foi evidenciada no quadro 11.

Quadro 11 – Direcionamento do canhoto DANFE assinado pelo cliente

Resposta	O ideal é guardar o canhoto, para o caso de o fisco solicitar numa eventual auditoria
-----------------	---

Fonte: Elaborado por Pereira, (2024).

Sobre o canhoto DANFE, a participante destacou que o aconselhável é guardar devido a possibilidade de em uma auditoria o fisco solicitar para averiguação.

Conforme Bittencourt (2015), o canhoto tem uma finalidade comercial, não fiscal, e são utilizadas para confirmar o recebimento de mercadorias. O ideal é guardar o canhoto, em caso de a Receita Federal exigir comprovante de entrega ou recebimento da mercadoria descrita na NF-e durante uma eventual fiscalização. Para garantir que não haja diferença entre DANFE e NF-e, o ideal é que o DANFE seja impresso no mesmo sistema que produz a NF-e. Não pode haver diferenças entre a NF-e e sua representação gráfica (DANFE).

Segundo Taniwaki e Papandréa (2022), o canhoto, também conhecido como comprovante eletrônico de entrega, é utilizado como comprovante de entrega. É um elemento-chave na validação e rastreamento de transações comerciais e desempenha um papel importante na contabilidade, logística e conformidade comercial. A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) cria um canhoto eletrônico sempre que a mercadoria é entregue em equipamentos próprios da empresa. Esse registro digital,

que integra o recebimento eletrônico à NF-e, proporciona uma cadeia confiável de documentação para provas e auditorias.

Quando a mercadoria é entregue por transportador terceirizado, o canhoto eletrônico é integrado ao Processo de Transporte Eletrônico (CT-e), que é gerado com base nas informações fornecidas pelo transportador. Este registro confirma a entrega e garante que o cliente recebe os produtos conforme planejado e que a transportadora cumpre as suas obrigações (TANIWAKI; PAPANDRÉA, 2022).

Nesse sentido, os autores Bittencourt (2015) e Taniwaki e Papandréa (2022), evidenciaram que o canhoto tem finalidade comercial, visto que, são utilizados para confirmar o recebimento de mercadorias, em consenso foi referido o mesmo que na presente pesquisa sobre a importância de guardar o canhoto em casa de uma eventual fiscalização.

Por fim, na questão 11 foi indagado o seguinte: no caso de NF-e emitida para importação de mercadorias, onde deve constar os dados referentes ao imposto de importação, ao PIS e à COFINS. Sendo assim, a resposta foi inserida no quadro 12.

Quadro 12 – Emissão da NF-e e os impostos de importação PIS e CONFIS

Resposta	Essas informações devem constar no Extensible Markup Language (XML) da NF-e, no Danfe, podem constar informações adicionais
-----------------	---

Fonte: Elaborado por Pereira, (2024).

Por fim, sobre os dados referentes aos impostos de importação (PIS e COFINS) a participante afirmou que são inseridos no Extensible Markup Language (XML) da NF-e, além disso, outras informações podem ser destacadas no DANFE.

Segundo Reis e Silveira (2016), quando compramos algo do nosso país, o vendedor prepara uma nota fiscal (NF), que é entregue junto com o produto adquirido. É NF-e de saída, pois a mercadoria sai do armazém do vendedor. Porém, em relação às importações, a administração fiscal não pode obrigar o exportador a emitir nota fiscal. Portanto, é dever do importador elaborar nota fiscal de importação para legalização da mercadoria no território do país.

A obrigação de elaborar uma fatura de importação cabe inteiramente ao importador. Normalmente o despachante envia uma tabela com o “espelho” da nota fiscal, mas o importador é responsável pela emissão do documento. No caso de operações realizadas por conta de terceiros ou por conta de terceiros, o importador deverá também elaborar uma fatura de importação, que em seguida elabora outra

fatura para o próprio comprador da mercadoria. A não apresentação deste documento configura sonegação fiscal, que pode ser enquadrada como crime, inclusive com graves consequências criminais. Caso o contribuinte faça a declaração por conta própria e informe o Fisco, a multa pode aumentar para 20% do valor da fraude, mais juros. Se a própria autoridade fiscalizadora descobrir o erro, a multa aumenta para 75% do valor fraudado com juros (REIS; SILVEIRA, 2016).

Conforme Martins (2012), as empresas deverão adequar o reporte de documentos e contas (receitas e despesas) em seu sistema de gestão de acordo com o novo modelo de contabilidade e escrituração do PIS/PASEP e da COFINS. Essa rotina leva a uma operação integrada tanto das áreas tributária e contábil quanto da área de TI das organizações, o que exige esforços para gerenciar os dados de acordo com a legislação aplicável a cada operação. Portanto, aprender e compreender o mapeamento EFD-PIS/COFINS e demais projetos do SPED integrado a todos os departamentos empresariais necessários ao processo é essencial para garantir a entrega tempestiva dos dados cadastrais digitais ao contribuinte, garantindo a segurança dos dados transmitidos.

Em consonância, ao averiguar na literatura científica os autores Reis e Silveira (2016) e Martins (2012) colaboram com a presente pesquisa destacando os principais aspectos relacionados com esses impostos e dispondo informações adjacentes sobre as importações, visto que, a administração fiscal não pode obrigar o exportador a emitir NF-e, então, essa responsabilidade fica por parte do importador. Por meio disso, é fundamental adequar as informações para que estejam todas alinhados com a receita federal.

No que tange aos principais resultados da pesquisa, foi possível evidenciar que a gestora da empresa qualifica como positiva a utilização da NF-e, visto que, a empresa detém atualmente de uma maior celeridade na emissão pelo fato do processo ser feito de forma eletrônica e com um sistema que automatiza a disposição dos dados. Em consonância, essa nova modalidade traz uma maior confiabilidade principalmente no pagamento dos impostos, além disso, a gestora destacou que os únicos impasses encontrados são com relação a utilização correta dos dados, a comunicação com os fornecedores e a instabilidade na internet. Todavia, no geral visualiza-se mais benefícios, pois os dados bem organização melhoram a tomada de decisão empresarial.

5 CONCLUSÃO

Quanto ao objetivo geral foi possível evidenciar que o processo de emissão da NF-e no supermercado é simples e tem trazido aspectos positivos para a empresa, com a utilização de sistemas que agilizam o serviço. Quanto à confiabilidade, a emissão da NF-e garante a segurança fiscal, principalmente em relação ao pagamento dos tributos obrigatórios. Sobre o impasse relacionado à emissão, foi destacado apenas aspectos relacionados à atualização de informações e comunicação com fornecedores.

Sobre os objetivos específicos, evidenciou-se que os métodos relacionados de utilização da emissão da NF-e, o sistema contratado é a base, e os aspectos da NF-e são gerenciados pelo treinamento da equipe e nas atualizações. Quanto aos benefícios, trouxe praticidade porque hoje é possível realizar o processo com mais facilidade via Internet. Sobre as vantagens da NF-e, destacou-se que possui menor margem de erro, melhor gestão dos números da empresa e as desvantagens se destacam quando a empresa não tem pessoal capacitado no preenchimento e a instabilidade de conexão com a internet. Com ênfase no impacto da NF-e no supermercado na tomada de decisão, traz mais confiança na organização porque são guiados por informações confiáveis que mostram a realidade da empresa.

No que tange as questões norteadoras, as principais obrigações acessórias identificados no estudo foram: DIRF, lucro realizado, lucro real, EFD, CAGED, RAIS, etc. Ressalta-se que podem variar, pois dependem do regime tributário da empresa e do seu ramo de atuação. Para o Simples Nacional, o participante respondeu que é preenchido o CPF ou CNPJ do cliente, destacando o serviço prestado ou o produto vendido de acordo com o valor da transação. Em relação ao canhoto DANFE, o participante enfatizou que é aconselhável guardá-lo, pois a Receita poderá pedir para vê-lo durante uma auditoria. Por fim, em relação às informações relativas aos impostos de importação (PIS e COFINS), destacou-se: estão incluídos no Extensible Markup Language (XML) da NF-e, e outras informações podem ser destacadas no DANFE.

Portanto, este TCC é indicado para profissionais da área contábil que desejam entender mais sobre a temática, além disso, colaborando com um conhecimento prévio para acadêmicos da área. Destaca-se a motivação para novos estudos com o referido tema através de amostras mais robustas a fim de evidenciar outros fatores correlacionados com o processo de emissão da NF-e.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. M.; VALADARES, L. J.; SANTANA, S. G. A. A contribuição do empreendedorismo para o crescimento econômico dos estados brasileiros. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 6, n. 3, 2017.
- ANGELI-NETO, H.; MARTINEZ, A. L. Nota fiscal de serviços eletrônica: uma análise dos impactos na arrecadação em municípios brasileiros. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 10, n. 26, p. 49-62, 2016.
- APARECIDO, J. P. A. A implantação e os benefícios dos documentos eletrônicos Pós SPED. **Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia-REIVA**, v. 4, n. 01, p. 23-23, 2021.
- BRASIL, C. N. S. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2012.
- BORGES-JUNIOR, C. V.; ANDREASSI, T.; NASSIF, V. M. J. (A Falta de) Indicadores de Empreendedorismo no Brasil. **REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal**, v. 6, n. 3, p. 1-9, 2017.
- BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K. Empreendedorismo: Conceitos e definições. **Revista de empreendedorismo, inovação e tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2015.
- BITTENCOURT, M. D. **Análise dos controles internos em um supermercado no município de Santa Maria-RS: um estudo de caso**. Santa Maria, RS, Brasil, 2015.
- BRANCO, L. O. de Araújo. Nota Fiscal Eletrônica e SPED: aspectos práticos e implicações tributárias. Atuação de naturezas consultiva, contábil-preventiva e judicante-contenciosa. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 1681, 7 fev. 2008.
- BRASIL, **Lei Ordinária n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172.htm. Acesso em: 30 ago. 2022.
- BERGAMINI, A.; PEIXOTO, M. M. **PIS e COFINS na teoria e na prática: uma abordagem completa dos regimes cumulativo e não-cumulativo**. 2. ed. São Paulo: MP Editora, 2010.
- BONFIM, D. P. et al. Nota fiscal eletrônica: uma mudança de paradigma sob a perspectiva do fisco estadual. **ConTexto**, v. 12, n. 21, p. 17-28, 2012.
- CASTRO, L. R. & PALHARES, A. **Introdução à Contabilidade**. São Paulo: Editora Scipione, p. 19, 1990.
- COELHO, M. C.; CRUZ, F.; PLATT- NETO, O. A. A informação contábil como ferramenta de auxílio no exercício do controle social. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 22, n. 3, p. 163-184, 2011.

CASTRO, G. L. **O leão vai deixar sua empresa nua**. Revista Exame, São Paulo, Edição 926, p.44-46, set. 2008.

CARRAZZA, R. A. **Imposto sobre a renda: perfil constitucional e temas específicos**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

DREHER, F. corrida pro SPED. **information Week Brasil**, ano 10, n. 212, p. 18-25, fev. 2009.

ECKERT, ALEX et al. Vantagens e Desvantagens da implantação do sistema público de escrituração digital em uma grande empresa industrial. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 3, n. 3, 2011.

FILIPIN, R.; REICHERT, N. S.; BRIZOLLA, M. M. B.; VIEIRA, E. P. **Impactos e Benefícios da implantação do EFD social para os profissionais de escritórios de contabilidade**. 2016.

FRANCO, H. **Contabilidade geral**. 23. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1997.

FRANZONI, L. A. Tax evasion and tax compliance. **Working Paper n. 6.020**, University of Bolonha, Italy. 1999.

FARIA, A. C. de et al. SPED – **Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção dos contribuintes em relação os impactos da adoção do SPED**. In: Anais do 10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2010.

FERREIRA, T. A. B. **A seletividade no imposto sobre produtos industrializados**. Monografia (graduação lato sensu TeleVirtual em Direito Tributário) Patos-MG, 2015.

FERREIRA, N. G. S. A.; SILVEIRA, M. A. P. Impactos da informatização na gestão de supermercados. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 8, p. 108-132, 2020.

GIL, A. C. et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Vol.4. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, R.C.M.G.; SILVA, L.F.S.; **Prontidão para a tecnologia e percepção de seus benefícios como fatores de influência no atendimento às exigências do SPED – sistema público de escrituração digital**. Paraná – Brazilian Journal of Development, V. 5 n. 7. Curitiba, 2019. p. 8179.

GONZAGA, L. M. **Percepções dos consumidores finais sobre dados informacionais com base na NFC-e (nota fiscal de consumidor eletrônica)**. 2017.

GIACOMAZZI, C. S.; PENTEADO, J. A.; PEDROSO, S. M. D. **Notas Fiscais Eletrônicas: relação entre conhecimento prévio e capacitação**. III Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção Ponta Grossa, PR, Brasil, 2013.

GONZÁLEZ, F. E. Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 8, n. 17, p. 155-183, 2020.

GOMES, W. A. **A implantação da Nota Fiscal Eletrônica do sistema público de escrituração digital nos Escritórios Contábeis do Município de Pombal/PB: uma análise da percepção dos Contadores.** Universidade Federal de Campina Grande Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Curso de Ciências Contábeis, Sousa- PB, 2013.

HERRERO, F.; MENSCH, G. V.; PASINI, A. H. **Implantação da nota fiscal eletrônica e seus impactos na empresa tertúlia agroindustrial-PR.** 12º Encontro Científico Cultural, 2014.

IMBROSIO NETO, H. et al. **Regimes tributários para a apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica: uma análise comparativa aplicada à empresa hoteleira Alfa.** 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População no último censo. Município de Itaituba, 2021.**

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Contabilidade básica.** 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1985.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação.** Papirus editora, 2003.

KELLEY, D. J.; SINGER, S.; HERRINGTON, M. **Global report.** London: The Global Entrepreneurship Monitor. (2011).

LOUREIRO, T. C. **Imposto sobre Produtos Industrializados-IPi e o Princípio da não-cumulatividade.** Brasília – DF, 2015.

LOPES, G. R. C. A Tributação nos Negócios Jurídicos de Exploração Econômica de Softwares: ICMS x ISS. **Instituto Brasileiro de Estudos Tributários-IBET–Curso de Especialização em Direito Tributário.** Porto Alegre, 2012.

MOREIRA, L. R. et al. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 10, n. 19, p. 119-140, 2013.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. Maria. **Técnicas de Pesquisa.** 7 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2011.

MARION, J. C. **Contabilidade básica.** 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007.

MONITOR, G. E. Empreendedorismo no Brasil: 2016. **Curitiba: Ibqp**, p. 1-208, 2017.

MAIA, N. A. **Concepção e desenvolvimento de um protótipo de EIS e avaliação do seu efeito sobre o processo de tomada de decisão em uma empresa operadora de telefonia móvel celular.** Florianópolis: Enanpad, 2000.

MARTINS, V. C. **Escrituração fiscal digital: a nova sistemática de escrituração e cálculo das contribuições para o PIS/PASEP E COFINS**. Criciúma -SC, 2012.

MARZZONI, D. N. S.; SOUZA, Elaine Javorski. Sistema público de escrituração digital: Lançamento da NF-e. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p. e837974723-e837974723, 2020.

NUNES, F. R. M.; SOUSA, E. C. A Influência do centro de distribuição no desempenho logístico de empresas de supermercados no município de Fortaleza: estudo de multicasos. **Revista Ciências Administrativas**, v. 19, n. 1, pág. 253-379, 2013.

NASCIMENTO, J. A.; LIMA, R. A. **Nota Fiscal Eletrônica: Uma Tecnologia Da Informação Como Instrumento Da Contabilidade Tributária**. [Artigo científico, 2008.

NUNES, G. C.; NASCIMENTO, M. C. D.; ALENCAR, M. A. C.L. Pesquisa Científica: conceitos básicos. **Id on Line Revista de Psicologia**, fevereiro de 2016, vol.10, n.29. p. 144-151. ISSN 1981-1179.

NAGATSUKA, D.; TELES, E. **Manual de contabilidade introdutória**. Thomson learning. 2002.

NEVES JÚNIOR, I. J.; OLIVEIRA, C. M.; CARNEIRO, E. E. **Estudo exploratório sobre os benefícios e desafios da implantação e utilização do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED na opinião de prestadores de serviços contábeis no Distrito Federal**. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 8, 2011, São Paulo. Anais. São Paulo: 2011.

OLECKI, G. H. **A incidência ou não incidência do imposto de renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido sobre os juros de mora e a correção monetária**. Centro Universitário Curitiba Faculdade de Direito de Curitiba, Curitiba-PR, 2022.

OLIVEIRA, G. **Contabilidade tributária**. São Paulo: Saraiva, v. 2, 2005.

OLIVEIRA, F. M.; SILVA P. C. A. **Sistema Público de Escrituração Digital–Sped: Uma análise sobre o processo de implantação e operacionalização da Nota Fiscal Eletrônica “NF-e” nos supermercados no município de Barreiras-BA**, 2013.

OLIVEIRA, F. M.; SILVA P., C. A.; SILVA M.; L. **SISTEMA PUBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL–SPED: Uma análise sobre o processo de implantação e operacionalização da Nota Fiscal Eletrônica “NF-e” nos supermercados no município de Barreiras-BA**, Faculdade São Francisco de Barreiras, 2012.

OLIVEIRA, F. B. de et al. **As dificuldades na implantação da nota fiscal eletrônica nas pequenas empresas da cidade de Sousa/PB**. 2013.

PARENTE, J. **Varejo no Brasil: gestão e estratégia**. São Paulo: Atlas, 2000.

RECEITA FEDERAL, **SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO FISCAL**. 2011. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pasta/show/10>. Acesso: 15 de out. 2023.

RINALDI, J. G. S.; MORABITO, R.; TACHIBANA, V. M. A importância da rapidez de atendimento em supermercados: um estudo de caso. **Gestão & Produção**, v. 16, p. 1-14, 2009.

REIS, S. W.; SILVEIRA S.; O. L. Legislação do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços–ICMS do estado do Rio Grande do Sul aplicada em uma empresa do setor metalúrgico. **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis**, n. 8, p. 153-176, 2016.

SILVA, R. D. et al. **A evolução da nota fiscal eletrônica (NFE) perante o sistema SAP: um estudo sobre a real situação numa empresa de Supermercado de João Monlevade e suas ferramentas de tecnologia**. 2016.

SÁ, A. L. **Teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, p.23, 2002.

SÁ, A. L. **Origem da Contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SILVA, L. C. et al. Os impactos da nota fiscal eletrônica nas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em Umuarama/PR. **Navus-Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 4, n. 1, p. 49-63, 2014.

SOUSA, D. F. et al. Os impactos da evolução do projeto sped em escritórios de contabilidade de Luziânia–GO. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 29, n. 1, p. 28-49, 2021.

SILVA, K. C. R. Implantação da nota fiscal eletrônica sob a percepção de gestores de supermercados de pequeno porte no município de Mamanguape-PB. **Trabalho de conclusão de curso**, 2019.

STAUDT, L. K. **Reflexos da implantação da nota fiscal de serviço eletrônica: um estudo nas oficinas mecânicas do município de Feliz/RS**. Universidade de Caxias do Sul (graduação). 2017.

SOUZA, L. M. **Impacto do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços no e-commerce**. 2022.

SOARES, A. P.; BASTOS, D. **Empreendedorismo e planejamento: um estudo sobre a utilização do plano de negócios nas pequenas e médias empresas**. In: SIMPÓSIO DE GESTÃO E ESTRATÉGIA EM NEGÓCIOS, 5, 2007, Seropédica/RJ. Anais... Seropédica/RJ: SIMGEN, 2007.

SANTANA, E. A. C. S. **A consultoria contábil mediante a utilização de diagramas para a gestão fiscal operacional em micro e pequenas empresas: um estudo envolvendo a emissão de NFe**. 2017.

SILVA, K. C. R. Implantação da nota fiscal eletrônica sob a percepção de gestores de supermercados de pequeno porte no município de Mamanguape-PB. **Trabalho de conclusão de curso**, 2019.

SOUSA, Emanuel Melo de. **Limites e sublimites do Simples Nacional**. João Pessoa-PB, 2020.

SILVA, L. C. et al. Os impactos da nota fiscal eletrônica nas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em Umuarama/PR. **Navus-Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 4, n. 1, p. 49-63, 2014.

SILVA, T. M. **Nota fiscal eletrônica: facilitação das obrigações acessórias para o empresário**. 2018.

SIMAS, P. H. et al. **Nota Fiscal Eletrônica: Vantagens e Desvantagens de sua utilização em Santa Catarina-Um estudo de caso**. 2011.

TEECE, D. J. Dynamic capabilities and entrepreneurial management in large organizations: Toward a theory of the (entrepreneurial) firm. **European Economic Review**, v. 86, p. 202-216, jul. 2016.

TUMELERO, M. B. **Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): relação com as obrigações acessórias**. 2013.

TANIWAKI, S. F. B.; PAPANDRÉA, P. J. Recebimento de materiais na indústria: uma revisão da literatura nacional. **Revista Científica e-Locução**, v. 1, n. 21, p. 16-16, 2022.

VIGANÓ, M. A. **O impacto da implantação da escrituração fiscal digital das contribuições em algumas indústrias do lucro real no regime não-cumulativo**. Universidade de Caxias do Sul centro de Ciências Econômicas, Contábeis e Comércio Internacional (Graduação), 2012.

WINN, J.; ZHANG, A. **China's Golden Tax Project: A Technological Strategy for Reducing VAT Fraud**. Social Science Research Network Working Paper Series, 2010.

YAMAMOTO, M. M.; SALOTTI, B. M. **Informação Contábil: Estudos sobre a sua Divulgação no Mercado de Capitais**. São Paulo: Atlas, 2006.

YOUNG, L. H. B. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: Juruá Editora, 2009.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e esclarecido - TCLE



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA - LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA - FAI

Autorizado e Credenciado pela Portaria do MEC nº 2557 de 16/09/2003
Recredenciamento pela Portaria do MEC nº 1904/2019 de 31/10/2019
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Título: BENEFÍCIOS E DIFICULDADES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA: estudo de caso em supermercado do Município de Itaituba

OBJETIVO DO ESTUDO: o objetivo geral dessa pesquisa foi identificar quais os principais benefícios e dificuldades da implementação da nota fiscal eletrônica (NF-e) em um supermercado do Município de Itaituba

ALTERNATIVA PARA PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO: Você tem o direito de não participar deste estudo. Estamos coletando informações para „construir o trabalho de conclusão de curso, a fim de adquirir o título de bacharel em contabilidade. Se você não quiser participar do estudo, isto não irá interferir na sua vida profissional/estudantil.

PROCEDIMENTO DO ESTUDO: se você decidir integrar este estudo, você participará de respondendo um questionário e utilizaremos os dados no nosso trabalho final como parte do objeto de pesquisa,

BENEFÍCIOS: Sua participação ajudará a pesquisa, mas não será, necessariamente, para seu benefício direto. Entretanto, fazendo parte deste estudo você fornecerá mais informações para a construção de dados do TCC.

CONFIDENCIALIDADE: Seu nome não aparecerá nas descrições da pesquisa, bem como em nenhum formulário a ser preenchido por nós. Nenhuma publicação partindo destas entrevistas revelará os nomes de quaisquer participantes da pesquisa. Sem seu consentimento escrito, os pesquisadores não divulgarão nenhum dado de pesquisa no qual você seja identificado.

DÚVIDAS E RECLAMAÇÕES: A pesquisa possui vínculo com a Faculdade de Itaituba — FAI sendo a aluna Rainara da Silva Félix Pereira.

Eu concordo em participar deste estudo.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Este questionário destina-se apenas para fins acadêmicos, no entanto o seu preenchimento não acarretará quaisquer danos para os participantes, e você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar do estudo **“BENEFÍCIOS E DIFICULDADES DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA: estudo de caso em supermercado do Município de Itaituba”** e tem como identificar quais os principais benefícios e dificuldades das empresas em cumprir com as obrigações acessórias e implantação da Nota Fiscal Eletrônica.

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**DADOS DA EMPRESA**

NOME DA EMPRESA: _____

QUANTO TEMPO ESTÁ NO MERCADO? _____

PERFIL DO PARTICIPANTE

DATA DE PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO: _____

HORÁRIO: _____

SEXO: () Masculino () Feminino

IDADE: _____

ESCOLARIDADE: () cursando Ensino Superior () Ensino Superior () Pós-graduação () Outros

CURSO DE FORMAÇÃO: _____

FUNÇÃO NA EMPRESA: _____

TEMPO DE ATUAÇÃO: _____

QUESTÕES

1- Você considera o processo de emissão da NF-e de fácil entendimento e aplicação pelo usuário, traz resultados positivos em quais pontos?

2- Você concorda que o processo da NF-e oferece maior confiabilidade para sua empresa, com relação às informações internas da organização?

() SIM () NÃO

3) Quais os principais entraves identificados durante a implantação da NF-e no supermercado?

4) Qual a utilização e métodos de implantação da NF-e?

5) Você acredita que a implantação da Nota fiscal eletrônico NF- trouxe benefícios para o supermercado? Justifique.

() SIM () NÃO

6) Quais vantagens e desvantagens a NF-e trouxe para o supermercado?

7) Como o novo método de nota fiscal ajuda na tomada de decisão?

8) Quais as principais obrigações acessórias durante a NF-e?

9) Como a empresa optante pelo Simples Nacional deve preencher a NF-e?

10) O que deve ser feito com o canhoto da DANFE assinado pelo cliente?

11) No caso de NF-e emitida para importação de mercadorias, onde deve constar os dados referentes ao imposto de importação, ao PIS e à Cofins?
